



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2017

----- Aos quinze dias do mês de dezembro de 2017, nas instalações do Grupo Desportivo União da Azoia, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **1. Apreciação da Atividade Municipal;**-----

----- **2. Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) e Orçamento'2018 – Mapa de Pessoal.**-----

----- Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, João Carlos do Carmo Valente, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, José da Costa Ferreira Braga e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes;-----

----- Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Luísa Margarida Cagica Carvalho, João Filipe Paulo Pólvora, Paulo do Carmo de Sá Caetano e Bertina Pereira João Duarte;-----

----- Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves;-----

----- Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

----- Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Ribeiro Antunes e a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos.-----

----- Comprovada a existência de quórum, 21 presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

----- Informou em seguida que a Deputada e Líder do Grupo Municipal do BE, Vanessa Sofia Tavares de Sousa, solicitara a suspensão do seu mandato pelo período de 260 dias - até ao fim do mês de agosto de 2018, por motivo do nascimento do seu filho, sendo que nos termos do n.º 2 do artigo 77.º da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na versão atualizada, o pedido de suspensão devia ser apreciado pelo plenário do órgão na reunião imediata à sua apresentação, pelo que perguntava se algum Deputado

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

pretendia dizer algo sobre o assunto. Como ninguém pretendeu usar da palavra o pedido de suspensão foi aceite, informando que convocara o Deputado José António Melo Nunes Guerra para a substituir também na qualidade de Líder do Grupo Municipal do BE. -----

----- Deu depois conhecimento que a Deputada do Grupo Municipal do PS, Andredina Gomes Cardoso, solicitara a sua substituição na presente sessão tendo sido convocado o Eleito Faustino Marques, o qual sendo a 1ª vez que comparecia nesta AMS, foi verificada a identidade e respetiva legitimidade, e declarado como investido nas suas funções de Deputado Municipal passando a participar nos trabalhos. Em nome da AMS, a Presidente da AMS desejou ao novo Deputado votos de um bom trabalho. -----

----- Também o Deputado do Grupo Municipal da CDU, Fernando José Mestre Patrício, solicitara a sua substituição na presente sessão por motivo de imprevisto de última hora. Foram contactados os seguintes elementos na Ordem da respetiva lista, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro, Alain Monteiro Grenho, Angelina Maria Mestre Palma Patrício e Francisco Manuel Soares Cordeiro, que informaram que não podiam comparecer por compromissos já assumidos, comparecendo o 5.º elemento na Ordem da respetiva lista, o Cidadão Francisco Manuel Catarino Vidal, o qual sendo a 1ª vez que comparecia neste AMS, foi verificada a identidade e respetiva legitimidade, e declarado como investido nas suas funções de Deputado Municipal passando a participar nos trabalhos. Em nome da AMS, a Presidente da AMS desejou ao novo Deputado votos de um bom trabalho. -----

----- A partir deste momento, registaram-se vinte e quatro presenças. -----

----- Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto e Carlos Manuel Vicente Silva. -----

----- Não estiveram presentes a Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa e o Vereador Francisco José Pereira Luís, que justificaram as suas ausências. -----

----- Estiveram ainda presentes o Diretor do Departamento de Finanças e Património, Dr. Aníbal Sardinha e a Chefe de Divisão de Economia e Gestão, Dra. Graça Candeias. -----

----- Continuando os trabalhos a Presidente da AMS cumprimentou o Presidente da CM, os Vereadores e a equipa técnica que acompanhava o Executivo, o público da Aldeia da Azoia, as trabalhadoras da Unidade de Apoio e os colegas da AMS. Disse depois que o seu cumprimento especial era dirigido ao Presidente da coletividade, e na sua pessoa todos os colegas que integravam os órgãos sociais da Coletividade. Agradecia de uma forma muito sincera a disponibilidade, apoio cedido para que a presente sessão se realizasse. -----

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A realização das sessões descentralizadas enquadrava-se, desde há alguns anos a esta parte, na intenção da AMS de concretizar sessões para além do espaço sede da AMS deslocando-se às 3 freguesias privilegiando as coletividades e desta forma poder estar mais perto das pessoas e também elas próprias poderem ter a possibilidade de assistir e participar nas sessões da AMS no Período destinado à Intervenção do Público. Por isso a sessão de hoje que se destinava ao debate e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para 2018 sendo um conteúdo relevante que importava conhecer, a AMS estava ali presente.-----

----- Disse depois, que de uma forma muito simbólica, iria entregar ao Presidente da Direção do Grupo Desportivo União da Azoia, uma medalha de comemoração dos 40 anos do poder local democrático, testemunhando o empenho e espírito de voluntariado do Movimento Associativo.-----

----- Prossequindo os trabalhos informou que as sessões da AMS eram organizadas em 3 momentos distintos. O 1.º momento dizia respeito ao Período de Antes da Ordem do Dia que se destinava, nomeadamente, à apreciação de assuntos de interesse local e apresentação de recomendações ou moções sobre assuntos de interesse para o Município. Sob proposta da Comissão de Líderes, seria votado hoje a não existência deste período por forma a não ocupar tempo e evitar o prolongamento da reunião. O 2.º momento é respeitante ao Período de "Intervenção Aberta aos Cidadãos", sendo que em todas as reuniões é permitida a presença do público que pode intervir neste momento dirigindo-se sempre à Presidente da Assembleia, embora as questões colocadas possam ou não ser da sua direta responsabilidade. As situações expostas, embora não tenham uma resolução imediata, traduzem-se numa forma de debate e participação cívica. Os interessados só tinham de preencher um formulário próprio disponibilizado pelas trabalhadoras. E por fim o 3.º momento Período da "Ordem do Dia" destinado ao tratamento e ou às deliberações de matérias constantes da convocatória, nos termos da lei que no caso de hoje seria "Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) e Orçamento'2018 – Mapa de Pessoal."-----

----- Prestou de seguida a informação de que se realizara no passado dia 9, em Portimão, o XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo o Município de Sesimbra sido representado pelo Presidente da CMS, pelo Presidente de Junta de Freguesia da Quinta do Conde, eleito em Assembleia Municipal, e por ela própria. O Congresso focara de forma muito particular aquilo que era a descentralização administrativa e a delegação de competências para as autarquias locais. Os documentos, aprovados por unanimidade, estavam disponíveis no *site* da Associação Nacional de Municípios Portugueses podendo ser acedidos através de senha já remetida a todos os Deputados.-----

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Deu depois conhecimento do resultado da eleição da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa realizada em simultâneo por todas as assembleias municipais da Área Metropolitana de Lisboa, no dia 11 de dezembro, entre as 19h00 e as 21h00. -----

----- Assim, a lista ordenada de candidatos a membros da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa foi eleita, sendo que os votos favoráveis representam 71,59% dos eleitos da Área Metropolitana de Lisboa, cumprindo-se o disposto no n.º 7 do art.º 74.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -

----- Nesta conformidade, a Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa, que já tomou posse, ficou constituída da seguinte forma: -----

----- Primeiro Secretário: Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho; -----

----- Secretário Metropolitano: João Pedro de Campos Domingues; -----

----- Secretário Metropolitano: Filipe Eduardo Miranda Ferreira; -----

----- Secretário Metropolitano: Emanuel de Jesus Colaço Costa; -----

----- Secretário Metropolitano: Carlos Alberto Picanço dos Santos. -----

----- Terminou referindo que ficava o voto expresso de que desenvolvesse um trabalho profícuo no campo daquilo que eram as suas competências e responsabilidades no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Por fim informou que há dois dias, o Sr. Secretário de Estado da Educação estivera presente no Agrupamento de Escolas Michel Giacometti, assim como Presidente da CMS, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, alguns deputados da AMS e ela própria, para, formalmente, se associar à abertura do Centro Qualifica, que tinha, como principal objetivo, permitir que pessoas pudessem concluir a sua escolaridade obrigatória, testemunhando o quanto este Centro era importante face ao nível de analfabetismo que importava ultrapassar nomeadamente nas idades mais adultas. Por esta razão o Centro era uma estrutura importante que contribuía para a minimização da percentagem do analfabetismo, 5%. -----

----- Deu depois conhecimento que a ata da AMS do anterior mandato realizada no dia 30 de setembro de 2016, disponibilizada para consulta na PAMS, já havia sido apreciada pelos respetivos Líderes dos Grupos Municipais do anterior mandato, e como tal era considerada devidamente aprovada.

----- Submeteu em seguida à votação a proposta da Comissão 1 de alteração da organização da sessão no sentido do 1.º ponto da Ordem de Trabalhos – Apreciação da Atividade Municipal - passar para a próxima sessão ordinária a realizar em fevereiro de 2018, e dispensar da presente sessão o Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD), tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Declarou em seguida aberto o “Período de intervenção aberta aos cidadãos”, dando a palavra à Muniçipe Albertina Oliveira que pretendia intervir sobre assuntos de causa animal. -----

----- A Muniçipe iniciou a sua intervenção referindo que era para não intervir considerando o local da realização a sessão e a possibilidade da população local pretender usar da palavra, daí se cingir à causa animal apesar de existirem assuntos relacionados com a Lagoa de Albufeira, deixava no entanto a preocupação em relação à regularização do trânsito no próximo verão. -----

----- Quanto à questão animal que era uma matéria transversal ao Concelho quis congratular-se pela aprovação do caderno de encargos para a execução da obra do Centro de recolha animal. Estaria mais feliz se neste momento já estivesse em funcionamento tendo em conta que este projeto já existia há mais de uma década. Todos sabiam que a obra não seria efetuada de um dia para outro e como tal vislumbrava que só para 2019 o Centro estaria a funcionar o que a deixava preocupada tendo em conta que o atual canil estava encerrado à recolha de animais por se encontrar lotado e com algum risco de instalação. Sabendo que nesta altura do ano devido às condições atmosféricas e aos fogos-de-artifício que ocorreriam em breve com a passagem do ano, existiria um número considerável de perda de animais e que por parte do canil municipal existia também restituição de animais aos seus detentores devido à proximidade e apelou para que fossem consideradas soluções extraordinárias perante estas circunstâncias e seria pertinente envolver as Juntas de Freguesia do Concelho de modo a minimizar o sofrimento dos animais quer pelas razões já referidas bem como por situações de abandono ou maus tratos. Poderia passar por uma rede de famílias de acolhimento temporário gerida pela Autarquia, por um reforço do Protocolo com a Associação Bianca e alojamento privado temporário. -----

----- A muniçipe questionou se havia algum Plano de contenção animal em caso de calamidade e recordou que aquando do incêndio deste Verão com início na Lagoa de Albufeira aproximando-se da Associação Bianca, em determinada altura, por razões de segurança, foi cortado o acesso a quem se tinha dirigido ao local para ajudar na evacuação dos animais, tendo-se verificado que nem metade dos animais haviam sido retirados. Alertou que a Direção Geral de Veterinária defendia o interesse de integrar veterinários nestas equipas da Proteção Civil pois não haviam situações ideais mas deveria pensar-se num corredor de urgência à causa dos canídeos bem como de todos os outros animais tal como os de pastorícia. -----

----- A muniçipe terminou a sua intervenção desejando Boas Festas e um Bom Ano a todos em particular e ainda um excelente Ano de 2018 para o Concelho de Sesimbra e para as suas populações. ---

----- A Presidente da MAS agradeceu e informou que a última sessão descentralizada tinha ocorrido na

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Lagoa de Albufeira, nas instalações da Futura Igreja da Lagoa de Albufeira de uma forma bastante participada com muitos munícipes e reforçou o quanto era agradável e positiva a presença dos munícipes nestas sessões.-----

----- Interveio o **Presidente da CMS** que agradeceu a presença do Dr. Aníbal Sardinha e da Dra. Graça Candeias e o acompanhamento nos trabalhos da Assembleia no quadro das Grandes Opções do Plano, Plano de Atividades e Mapa de Pessoal. Desejou ainda aos membros desta Assembleia um bom trabalho e as Boas Festas a todos os presentes com maior incidência nos dirigentes do Grupo desportivo União de Azoia, uma das localidades mais distantes do Concelho e da freguesia do Castelo que hoje recebia esta sessão da AMS sobre uma das matérias mais importantes no exercício das funções da própria Assembleia Municipal em apreciar e deliberar sobre os documentos previsionais regentes da estratégia da CMS para o próximo ano.-----

----- Relativamente às questões colocadas pela munícipe sobre a Lagoa de Albufeira e a questão da regularização do trânsito, o Presidente disse que estava a ser trabalhado com os serviços, nomeadamente na época balnear, algumas medidas no sentido de minorizar os grandes problemas da afluência à Lagoa de Albufeira. Relativamente às questões da causa animal disse que há cerca de um mês, a CMS havia aprovado um Caderno de Encargos e autorização da abertura do processo concursal para a construção do novo canil municipal. Esta obra estava orçada em cerca de meio milhão de euros e prevista a iniciar no ano de 2018. Referiu ter havido um compasso de espera num passado não muito distante pois resultava de uma proposta do Orçamento de Estado de 2016 incluída pelo Grupo Parlamentar PAN (Pessoas-Animais-Natureza). Na sequência dessa mesma aprovação no âmbito do Orçamento de Estado, havia sido prevista que fosse aberta uma linha de financiamento para os Centros de Recolha Animal, o que não viera a acontecer ao longo destes dois anos.-----

----- Salientou que o atual canil estava completamente lotado e a CMS estava preocupada com esta situação. Independentemente da obra de construção do novo canil, estava prevista uma intervenção a curto prazo para a criação de quatro *boxes* de forma a permitir o acolhimento de um conjunto mais significativo de animais. Também estava prevista uma maior articulação com a Associação Bianca que teria de passar por uma série de campanhas de adoção e acolhimento através do Gabinete Médico-Veterinário. Atualmente já era feita uma sensibilização para que as famílias, por um lado, não abandonassem os seus animais e por outro, que os pudessem acolher.-----

----- Sobre a questão do incêndio do Verão e do Plano de Contenção Animal, disse que hoje não estavam presentes a Vice-Presidente nem o Vereador Francisco Luis, que detinha o Pelouro da Proteção

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Civil e desconhecia se havia a inserção de alguém ligado a estas áreas no quadro da Proteção Civil.-----

----- Referiu que o incêndio havia chegado perto das instalações da Associação Bianca mas que nunca tinha sido posto em causa a possibilidade de chegar a estas instalações. O Presidente reconheceu que se tratava de uma zona com um conjunto de equipamentos como o condomínio do Parque do Cabedal, a Estação de Transferência da Amarsul e que iria ser construído o novo canil municipal. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Vereador José Polido** que cumprimentou todos os presentes e disse que, tal como a munícipe teria conhecimento, ele preocupava-se com a questão da causa animal e o município de Sesimbra se preocupava em obter financiamento para a construção de um novo canil que custaria meio milhão de euros. Após o conhecimento da inscrição do PAN no Orçamento do Estado da verba de um milhão de euros, o próprio enviara vários *mails* para o Gabinete do Deputado desse Grupo Parlamentar e que após alguma espera, haviam sido pedidos novos elementos para colocação no Portal da DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais) e qual não foi o espanto que os municípios seriam contemplados com 5.000€ apenas para esterilizações, vacinas ou algo dentro desse género e nada do inicialmente previsto havia sido concretizado. A CMS avançara para a Plataforma com o desenvolvimento do Processo inicial e aguardava a construção do canil no ano de 2018.-----

----- O Vereador disse que dera instruções para que as 4 boxes referidas pelo Presidente da CMS fossem construídas com carácter de urgência e que esta obra tivera início há cerca de dois dias, no terreno junto à vedação da Amarsul para se poder tirar alguns do canil municipal que neste momento albergava 50 cães enquanto a Associação Bianca tinha 350. -----

----- A CMS estava preocupada com a época natalícia e uma vez que os animais fugiam com os festejos, já tinham sido alojados 6 animais do canil em “hotel” de forma a libertar algumas das *boxes* para fazer face a um eventual problema que pudesse vir a existir. Os apoios à Bianca tinham vindo a ser reforçados com a cedência de um terreno para o desenvolvimento da sua atividade onde havia sido construída uma maternidade. Para além disso, a Autarquia disponibilizava uma verba mensal para fazer face, quer às pessoas que tratavam dos animais, quer para a alimentação, vacinas e ainda a disponibilização do Gabinete Médico-Veterinário. -----

----- Por vezes os problemas surgiam e tinham de ser resolvidos no momento. -----

----- A Presidente da AMS deu a palavra à munícipe **Guilhermina Ruivo**.-----

----- A munícipe congratulou-se pela realização desta sessão na aldeia da Azoia e lamentou o facto de não terem sido distribuídos folhetos nos estabelecimentos comerciais da zona pois certamente estariam mais pessoas presentes. Aproveitou a oportunidade para dizer que iria falar de situações que constatava

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

todos os dias.-----

----- Referiu a questão da Estrada Municipal que levou a que houvesse alguma dinâmica por parte das pessoas da aldeia com a constituição de um grupo e com a vinda do Vereador Sérgio Marcelino para reunir com os moradores e a intervenção da Assembleia Municipal bem como dos Técnicos da CMS a nível do melhoramento e tomada de algumas medidas. Lamentou o facto de algumas dessas medidas não terem tido a eficácia desejada que tinha a ver com a redução em termos de velocidade, principalmente dos motociclistas aos fins-de-semana que passavam na estrada como se ninguém morasse naquela aldeia. As lombas colocadas já tinham entrado num processo de degradação e questionou quando é que a CMS pretendia fazer essa manutenção e conservação dado que algum do empedrado já estava a soltar-se. No pavimento lateral, principalmente com as chuvas e pelo facto de muitos dos motociclistas passarem por esta parte para se desviarem das lombas sem reduzir a velocidade, ficam socalcos que fazem com que a estrada que atravessa a aldeia se degradasse ainda mais rapidamente. -----

----- Referiu que tinha também sido falado com o Vereador que havia alguns locais onde os contentores não tinham um ponto de fixação. Em certas alturas, as rajadas de vento eram bastante fortes e, tal como havia acontecido esta semana, os contentores eram deslocados para a estrada, ficando degradados e colocando em causa a segurança das pessoas. Solicitou que os contentores fossem fixados de forma a evitar esta situação. -----

----- Em relação ao saneamento, perguntou se havia alguma previsão para o início das obras e prazo de duração das mesmas, pois tinha sido falado que seriam feitas primeiro de um lado e só depois do outro, uma vez que o Vereador havia frisado que os passeios seriam feitos após a intervenção do saneamento, pois era a forma dos moradores poderem circular em segurança. Os moradores sabiam que teriam de pagar as ligações à rede de esgoto e o dinheiro não entrava nos bolsos das pessoas de um momento para o outro.-----

----- O **Presidente da CMS** agradeceu as questões colocadas pela munícipe relativamente a esta matéria e disse que em relação a uma intervenção nas bermas, a Aldeia da Azoia era uma das localidades do Concelho que previa um dos maiores investimentos ao longo deste Mandato porque, por um lado tinha um investimento enorme ao nível do saneamento e a empreitada da obra deste saneamento encontrava-se neste momento em Tribunal de Contas e a CMS já deveria ter iniciado esta obra no final do ano de 2017 mas tal não acontecera por um atraso nos procedimentos concursais e teria de arrancar, inevitavelmente, no primeiro trimestre de 2018 sob pena da Autarquia perder o financiamento de 85% sobre 2,5 milhões de euros, o que seria um peso substancial no orçamento municipal. Esta empreitada

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

teria a duração de mais de um ano, e a CMS dividira esta cobertura em 2 empreitadas: Azoia - Serra da Azoia e Zambujal – Pinheirinhos e Aldeia Nova. A CMS teria um grande esforço, particularmente nos próximos dois anos, pois a obra dos passeios também tinha prazos a cumprir. Era expectável que durante o ano de 2018 não se iniciasse nenhuma obra do ponto de vista dos passeios porque tinha sido necessária a conjugação com a intervenção dos saneamentos e a Câmara optara por substituir toda a conduta na área intervencionada pelo saneamento. Haveria um esforço enorme por parte dos Serviços Técnicos da CMS em conjugar o saneamento com a repavimentação das estradas intervencionadas e a colocação de passeios na zona apresentada à população. Perspetivava-se que toda esta intervenção estivesse terminada no final do ano 2020. -----

----- A olhar ao ponto de vista da gestão financeira e da otimização dos recursos da CMS, o Presidente disse que não se justificava uma grande intervenção ao nível de pavimentações a não ser pequenas obras de requalificação, beneficiação e manutenção, sabendo iriam realizar-se todas as intervenções já anteriormente referidas, como as zonas da mobilidade pedonal, os abrigos de passageiros, as passadeiras e a previsão da colocação de contentores devidamente fixados. Apesar de serem dois anos em que a população da Azoia teria a estrada intransitável, situação que certamente não agradaria, esperava-se que a conclusão e o resultado final fosse o melhor para as populações, nomeadamente para a localidade da Azoia. - -----

----- A **Presidente da AMS** deu início ao POD “**Grandes Opções do Plano (PPI e AMR’S) e Orçamento’2018 – Mapa de Pessoal**” e informou que se havia realizado no passado dia 12, uma reunião com os elementos de todas as Comissões da Assembleia Municipal com o Presidente da Câmara Municipal, o Vereador José Polido, o Dr. Aníbal Sardinha e a Dra. Graça Candeias onde foram apresentados esclarecimentos às questões inerentes à estrutura do Orçamento e respetivas rubricas e opções. Foram colocadas questões e não houve sentido de voto relativamente a esta matéria, significando que todos os Deputados e Grupos Políticos se reservariam não só para a sua intervenção como também para a deliberação nesta Assembleia.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Presidente da CMS** que disse que o Orçamento para o próximo ano assentava em 51 milhões de euros, mais 1,5 milhões do que o orçamento inicial de 2017. Toda a receita assentava nas regras definidas nos cálculos das previsões de receita. Havia uma visão mais otimista devidamente fundamentada com os documentos da CMS em duas áreas, nomeadamente ao nível da arrecadação de receita dos impostos diretos, particularmente do IMI, tendo em conta a informação da Autoridade Tributária, da dívida existente nos últimos anos e também do licenciamento de obras e

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

loteamentos porque havia uma retoma neste setor, e se pespetivava uma visão optimista do processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal, enviado durante o dia de hoje, e a estrutura das taxas ainda em dívida com o município de Sesimbra e consubstanciada naquilo que seria esse valor.-----

----- Ao nível da despesa, a CMS reservara 22 milhões de euros para as GOPS, dos quais 11 milhões seriam para investimento, muito além do previsto da receita de capital prevista no orçamento da receita. No orçamento da CMS existia uma rubrica que tinha um valor de despesa fixa relacionada com o pessoal, que assentava em três questões muito particulares: a questão das alterações do posicionamento remuneratório previstas com a Lei do Orçamento de Estado em vigor, a previsão de que até ao final do primeiro semestre, pudesse estar concluído um conjunto de procedimentos concursais já iniciados em 2017, com aquilo que seria a proposta no âmbito dos Recursos Humanos de novas contratações, onde se incluía um conjunto significativo, nomeadamente nas áreas operacionais. Referiu que havia 37 lugares que diziam respeito a um conjunto de assistentes operacionais que hoje não estavam em contrato de funções públicas mas que exerciam funções da responsabilidade da Câmara Municipal por via de outra Entidade empregadora, devido a um Protocolo da CMS com algumas IPSS. No final do ano passado houvera alguns problemas resultantes desta gestão tripartida entre a Entidade empregadora (IPSS), a CMS (responsável em termos de competências e atribuições) e os Agrupamentos de Escolas (responsáveis em termos pedagógicos, por essas mesmas assistentes operacionais). Havia também um grande enfoque na otimização que vinha na linha daquilo que eram as propostas e as grandes áreas de intervenção no orçamento para o ano de 2018 relacionada com a otimização dos serviços de proximidade, nomeadamente ao nível da limpeza urbana, higiene urbana e manutenção do espaço público com um conjunto de assistentes operacionais e também a regularização de alguns vínculos precários que resultava da Lei em vigor que aguardava uma Portaria de adaptação à Administração Local. Destes 11 milhões de euros de investimento, a CMS apontava para cerca de 3 eixos fundamentais: o primeiro seria a assunção dos compromissos assumidos no âmbito das candidaturas ao Portugal 2020, que teria nos anos de 2018 e 2019 os anos de maior concentração física e financeira no âmbito dos compromissos assumidos e de Candidaturas anteriormente já efetuadas como a questão da mobilidade sustentável, do saneamento básico na freguesia do Castelo, particularmente na Azoia, Pinheirinhos e Zambujal, o início da reabilitação do Cabo Espichel, a Capela de S. Sebastião, o Bloco da Mata e a Mata da Vila Amália, a rede pedonal e ciclável na Quina do Conde, a ampliação da Escola Básica da Quinta do Conde com Auditório com 250 lugares. Havia ainda um outro conjunto de investimentos em áreas estruturantes que a CMS assumira com contratos de financiamento, não deixando de ter alguma

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

intervenção financeira por parte da Autarquia. Num deles não tinha esta intervenção, assumindo a fiscalização e Projeto da obra e arranjos exteriores relacionados com as acessibilidades do Tribunal e ainda a requalificação e ampliação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho e do novo Centro de Saúde de Sesimbra. Para além destas intervenções ao nível do investimento, a aposta centrava-se essencialmente nos serviços de proximidade e ambiente com a questão da conclusão do saneamento básico, a gestão da água e a rede viária. -----

----- Era do conhecimento geral que existia um défice não só ao nível de recursos humanos como também ao nível de equipamentos. Relativamente aos equipamentos, estava previsto um investimento de cerca de 2 milhões de euros, sobretudo ao nível de equipamentos pesados e maquinaria para os serviços urbanos. Alguns já estavam incluídos no orçamento e os outros estavam previstos com o recurso a empréstimo bancário na ordem de 1,2 milhões de euros. Estava a falar-se de dois veículos novos de recolha do lixo, duas retroescavadoras, cinco carrinhas de caixa aberta, duas das quais para recolha de resíduos verdes e monos, um trator para a limpeza de bermas, uma viatura de lavagem de contentores, um *Dumper*, uma mini retroescavadora, um camião e uma máquina tapa-buracos para a Divisão de Obras Municipais que de certa forma criaria uma celeridade na manutenção das vias de comunicação. -----

----- Ao nível das ações do Plano, disse que haviam sido entregues a todos os membros desta Assembleia e referiu que em termos de dívida, A Câmara Municipal previa terminar o ano de 2017 com uma dívida de médio-longo prazo na ordem dos 16 milhões de euros, e estava prevista uma amortização da mesma em cerca de 2 milhões de euros no ano de 2018. Previa-se ainda fechar o ano de 2017 com uma dívida de curto prazo, essencial e exclusivamente a fornecedores em cerca de 2 milhões de euros.--

----- O prazo médio de pagamentos havia sido calculado no penúltimo trimestre de 2017 para 34 dias, correspondendo à otimização da capacidade e gestão financeira da CMS.-----

----- Disse ainda que o ano de 2018 se revestia de um conjunto de ações e de medidas que teriam na otimização dos serviços municipais, também teria início um conjunto de instrumentos essenciais à gestão e planeamento do território bastante importantes para a vida no Concelho de Sesimbra como a reestruturação dos Serviços da CMS, do ponto de vista daquilo que seria uma nova estrutura orgânica em função das suas necessidades, com conclusão prevista para o mês de maio de 2018. Nessa altura poderia haver um acerto do ponto de vista financeiro, acompanhada da Revisão Orçamental e com a inserção do saldo da gerência anterior, sendo preciso um acerto na rubrica do pessoal, uma otimização da gestão de frota com substituição de veículos em fim de vida e toda a maquinaria obsoleta por equipamento novo.

----- Também ao nível da outra frota automóvel, não apenas a substituição de veículos e otimização

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

dos encargos resultantes da utilização dos mesmos mas também com a melhoria por parte dos serviços municipais da utilização dos próprios veículos, a Revisão de tabelas de taxas e cedências urbanísticas também já tivera o seu início com a proposta recentemente levada à Câmara Municipal. Estava também previsto o início da Revisão do Regulamento dos Serviços Urbanos, a criação de um Regulamento de ocupação da via pública e publicidade que entroncava na proposta de reabilitação urbana da Concha de Sesimbra, de alguma reabilitação, valorização e discriminação positiva também ao nível desse Regulamento para utilização do imobiliário que fosse, de certa forma, uniforme na primeira e segunda linha de praia e a regularização de todo o Concelho com a consulta pública da Revisão do PDM que se previa, de acordo com a indicação dos Serviços, que pudesse ocorrer no final do primeiro semestre de 2018 e com o início do procedimento de Revisão do Plano de Urbanização da Quinta do Conde.-----

----- A **Presidente da AMS** informou que estava aberto o período de questões ao Presidente da CMS e que no final, o mesmo faria o esclarecimento aos Deputados.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que estava em “casa” e que o próprio havia recebido telefonemas para confirmar se a Assembleia se realizaria hoje porque não houvera uma divulgação adequada. Disse que no futuro, esta questão certamente seria melhorada.-----

----- A Presidente da AMS interrompeu o Deputado para dizer que esta informação se encontrava no *site* da Câmara Municipal há mais de uma semana, não sendo o suficiente para ser considerada divulgação.-----

----- O Deputado disse que estava em discussão, para votação posterior, as GOPS e o Orçamento para 2018 e seria nesse âmbito que o Grupo Municipal do MSU iria intervir. Referiu que tal como se sabia, o Orçamento era composto por receitas e despesas. Do lado da receita, a rubrica mais importante e mais relevante era o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e na discussão recentemente feita da taxa, o MSU defendera a sua redução e os fundamentos apresentados haviam sido três. O primeiro era ter a noção de que o valor da receita no município em 2011, aquando da intervenção da *Troika*, tinha sido inferior a 9 milhões de euros e no ano passado havia sido de 13 milhões de euros, tendo havido um acréscimo de receita de cerca de 4,2 milhões de euros. Este chegar-se-ia aos 14 milhões de euros. O segundo fundamento era de que o MSU julgava haver razões para que a população do Concelho de Sesimbra fosse beneficiada com a redução desta taxa, pois a taxa aplicada em Sesimbra era de 0,4% e apenas 10% dos municípios do País aplicavam esta mesma taxa. Só 12,5% aplicavam taxa superior, significando que 75% dos municípios do País tinham uma taxa de IMI inferior à do Concelho de Sesimbra. Metade dos

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

municípios tinha a taxa mínima de 0,3%. Estes valores significam que em cada dez municípios, um tinha taxa superior, um tinha taxa igual e oito tinham taxa inferior sendo que cinco deles tinham a taxa mínima.

----- O último fundamento também era muito importante e prendia-se com o equilíbrio financeiro atingido pela Autarquia. -----

----- Disse que quando se discutia um orçamento, a rubrica fundamental que era a receita do IMI, não era da concordância do MSU, uma vez que defendia a redução desta taxa e este orçamento não correspondia às expectativas nesse sentido. -----

----- Relativamente à ótica da despesa, o Deputado disse que a rubrica fundamental eram os encargos e despesas com pessoal. Este orçamento previa um aumento de cerca de um milhão de euros destes encargos e era certo que uma parte se devia ao descongelamento das carreiras, que era bem visto, mas havia também as novas admissões. Neste momento, havia 890 lugares ocupados por dirigentes e funcionários da CMS, 90 lugares vagos, 4 a extinguir e 60 postos de trabalho a criar, dando um total de 1036. O Deputado referiu que já no ano anterior, havia sido proposto e aprovado na proposta do Mapa de Pessoal, mais 57 postos de trabalho a criar neste ano em curso e o MSU aprovara esta proposta que ainda não se tinha concretizado. Dava um total de mais de cem admissões em dois anos.-----

----- Era evidente que nesta ótica de gestão, e fazendo fé dos objetivos estratégicos preconizados para 2018 em que havia sido referido no Programa da Autarquia que uma das prioridades era a promover a racionalização dos recursos humanos e financeiros do município, tendo o Presidente da CMS, na reunião de Câmara realizada no dia 6 de dezembro de 2017, enunciado como uma das áreas que o Executivo considerava de maior importância, não parecia adequado avançar com a criação sucessiva de postos de trabalho sem que fosse feito o estudo que referira na Reunião de Direito de oposição em 30 de novembro de 2017. Primeiro deveria fazer-se o estudo, analisar se havia ou não algumas reformulações a fazer, ajustar pessoas para as funções e só depois fazer a admissão. Não se tratava de uma questão política mas de gestão. Também era sabido que dos 60 postos de trabalho a criar, 37 seriam para assistentes operacionais que neste momento estavam associados a IPSS e que representavam encargos anuais da Autarquia na ordem dos 700.000€ e que se previa uma poupança nesta transferência/criação de novos postos de trabalho que pudesse haver um benefício na ordem dos 200.000€. Sabendo que a verba de 700.000€ suportada pela CMS para ter a prestação do serviço das pessoas das IPSS, era também uma forma de apoio às IPSS e o MSU temia que não se procurasse outra forma indireta de apoio e viessem pedir um aumento das ajudas.-----

----- Relativamente aos investimentos, disse que quando eram feitos, a primeira questão a colocar

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

seria a sustentabilidade e equilíbrio financeiro. A segunda questão seria a análise de oportunidades e prioridades. Quanto à primeira vertente, não bastava conhecer a repercussão no único ano civil mas sim num ciclo mínimo de quatro anos, ou seja, quando se faziam investimentos, tinha de se saber não só o que se pagaria no ano seguinte mas o impacto nos anos seguintes e na forma como seria liquidado. O Executivo tomara posse no dia 17 de outubro por um período de quatro anos e seria importante que neste período, a Assembleia Municipal pudesse, enquanto Entidade fiscalizadora da atividade do Executivo, ter uma análise que permitisse ver mais longe e não apenas no ano seguinte. O MSU sabia que não existiam orçamentos plurianuais mas havia planos plurianuais de investimento. O Deputado disse que defendia uma série de exigências fiscais para que fosse mais fácil para quem executava e para quem analisava a e fiscalizava e que fosse obrigatório mais elementos de gestão adicionais aos já existentes. Não era da responsabilidade do Executivo mas era necessário que o País entendesse que era preciso mais dados, pois não havia nenhuma exigência Legal que permitisse que as Assembleias Municipais tivessem uma análise profunda das questões. -----

----- Sobre o Plano Plurianual de Investimentos, existente para quatro anos, o Deputado disse que estavam previstos para 2018, cerca de 12 milhões de euros com financiamento definido, 4,5 milhões de euros sem financiamento definido, totalizando 16 milhões de euros. Em 2019, este valor aumentava para 22 milhões de euros, por este motivo, o MSU solicitara, no dia 4 de dezembro, a seguinte informação adicional referente ao Plano Plurianual de Investimentos: a parcela a ser suportada pelo diferencial entre receitas e despesas correntes, a parcela a ser suportada por receitas de capital, a parcela a ser suportada pelo recurso a crédito ou outro tipo de financiamento e eventuais projetos ou valores para serem submetidos a Projetos do Programa “Portugal 2020” não incluídos no Plano Plurianual de Investimentos. Disse que hoje pelas 16 horas, havia recebido um mapa ilegível e que o mesmo não correspondia à informação solicitada pelo Deputado. -----

----- Relativamente à questão das oportunidades e prioridades, disse ser evidente que os objetivos estratégicos e principais áreas definidas pelo Executivo correspondiam globalmente ao que qualquer conhecedor do Concelho de Sesimbra indicaria como melhorar e alargar as infra-estruturas, promover uma política sustentada de urbanismo, incrementar e apoiar o empreendedorismo, associativismo e participação do turismo, incrementar, apoiar e valorizar a relação com os municípios e comunidade em geral, promover o desenvolvimento e a qualificação pessoal dos trabalhadores, promover a simplificação, flexibilidade e modernização dos procedimentos administrativos, reforçar a proximidade ao nível da limpeza, apostar na Educação, ampliação e requalificação da habitação social, requalificação urbana do

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

território e modernização e reforço do abastecimento da água. Todas estas acções faziam parte de todas as Forças Políticas presentes na Assembleia. Seria importante que as pessoas tivessem a noção de que as propostas correspondiam às necessidades. Apesar desta realidade, disse que o MSU defendera no seu Programa, a Revisão do Protocolo celebrado para um novo Centro de Saúde na freguesia de Santiago com vista à consolidação dos serviços num único estabelecimento. Estavam previstos dois mas a decisão tomada foi que haveria um único edifício. Também defendera a não concretização de investimentos na área envolvente do santuário do Cabo Espichel sem que o seu processo de recuperação estivesse definido e em curso. Entendia a necessidade do recurso aos apoios disponibilizados mas ninguém fazia uma casa a começar pelos passeios e pelos jardins. Havia investimentos para o Cabo Espichel e posteriormente, com a recuperação deste espaço, tudo o que já havia sido feito seria estragado. Seria necessária uma ponderação da CMS relativamente a esta questão e conseguisse adiar essa obra para que fosse possível conciliar o Projeto final de recuperação do Santuário com as obras adjacentes. -----

----- Para terminar, o Deputado disse que o MSU não defendia a criação de postos de trabalho em cima de postos de trabalho sem que a prometida racionalização dos recursos humanos fosse concretizada. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado José Guerra** que perguntou se haveria uma segunda volta de perguntas ao que a Presidente da AMS respondeu que neste momento, seria importante que todos os grupos políticos colocassem as suas questões relativamente ao tema central apresentado pelo Presidente da CMS, no fim do qual o mesmo teria oportunidade de responder. Se surgisse alguma dúvida não completamente esclarecida ou alguma sugestão não completamente defendida, era óbvio que a Mesa não deixaria de dar oportunidade a que, de forma democrática, pudesse haver intervenções de cada Grupo Político. -----

----- O Deputado cumprimentou todos os presentes e disse que começaria a falar sobre a questão do canil, questão apresentada pelo BE na campanha eleitoral, bem como também já havia apresentado uma Recomendação há duas sessões anteriores sobre a construção de um canil/gatil na Quinta do Conde, o aumento do subsídio de apoio à Associação Bianca e a existência de um veterinário que servisse não só os canis municipais mas também a Associação. -----

----- Sobre a questão das GOPS, disse que havia várias questões com as quais o BE estava profundamente em desacordo. Uma delas tinha a ver com o facto de ainda não existir um estudo que se preocupasse com a ligação rodoviária entre o Alto das Vinhas e a Quinta do Conde para uma maior coesão de freguesias do Concelho e também de não haver uma proposta sobre a possibilidade de apoiar

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

as pessoas mais desfavorecidas incluindo a apresentação de uma proposta defendida pelo BE em existir uma carrinha da CMS em cada freguesia para que as pessoas que não se pudessem deslocar pudessem ser transportadas ao Centro de Saúde e farmácias. -----

----- Relativamente à questão da mobilidade, disse que não estava a ser aprofundada para que tivesse uma continuação, bem como a inexistência de um Projeto de construção de rede de ciclovias, relacionada com a interligação entre as várias freguesias. As propostas apresentadas pelo BE tinham a ver com a coesão do Concelho de Sesimbra com a construção de uma estrada entre o Alto das Vinhas e a Quinta do Conde. Para isso seria necessário a CMS dar o passo de criar um grupo de estudo sobnra a possibilidade desta realização e os seus custos. -----

----- Referiu que o BE sempre defendera que o Centro de Saúde fosse construído de raiz bem como o Pólo de Leitura da Quinta do Conde com auditório. As propostas da CMS a nível cultural não defendiam princípios de uma consistência em que passasse por juntar uma produtora artística da CMS, que neste momento não existia, com os vários intervenientes a nível de cultura por forma a desenvolver uma agenda que incluísse as diversas formas de arte. -----

----- Em relação à Vila de Sesimbra, o BE considerava não haver uma aposta não só em travar o despovoamento como também em ser apresentada uma proposta do repovoamento para que voltasse a haver vida na Vila durante todo o ano e não apenas na época sazonal. -----

----- Fez referência a outra questão que não estava incluída nas GOPS mas que havia sido falada tanto na reunião de Direito de Oposição como na reunião conjunta realizada no dia 12 de dezembro e que se tratava da tentativa de desenterrar o Projeto da Avenida 25 de Abril na Vila e que seria a continuação da política urbanística do imobiliário da aposta no Alojamento Local sem que houvesse forma de limitação do número de camas para essa utilização. Por esse motivo, o BE fizera uma proposta que seria lida na Declaração de Voto sobre a criação de condições para haver mais residentes na Vila tentando não onerar os encargos da Câmara Municipal.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que cumprimentou todos os presentes e endereçou em seu nome pessoal e do PSD, uma saudação muito especial ao Grupo Desportivo União de Azoia hoje representada pelo seu Presidente. O Deputado disse que não iniciaria a sua intervenção com a colocação de perguntas à CMS, pois já houvera esse momento na passada semana em que haviam sido colocadas as questões com o devido esclarecimento e respectiva análise do Orçamento e das GOPS. -----

----- Referiu que quando se tinha um Orçamento de 51 milhões de euros e despesas que tinham de ser assumidas, tal como o Presidente da CMS o fizera ao dizer que *“O Executivo tinha de honrar os*

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

compromissos assumidos”, era evidente e longe já ia algum tempo que algum Partido Político dizia que as dívidas não eram para se pagar.-----

----- Referiu que a receita camarária assentara sempre, ao longo dos anos, nos impostos diretos e alertou para a existência de um valor muito significativo que deixava alguma preocupação, embora se percebesse que era incrementado devido à nova tabela salarial que era a despesa com o pessoal. Estava a falar-se de algo como 20 milhões de euros de despesas anuais com o pessoal quando nas receitas dos impostos diretos era de 21 milhões de euros. Estava a receber-se dos impostos e a pagar aos trabalhadores mas teria de se ter alguma contenção relativamente a estas despesas.-----

----- Este ano, a Câmara Municipal apresentava um Orçamento superior em 1,5 milhão de euros que tinha como base um possível aumento de taxas provenientes dos licenciamentos e de receitas das AUGIS. Esperava que assim fosse porque, face aos investimentos que a CMS se propusera fazer, se tal não se verificasse, entrar-se-ia numa situação complicada com necessidade de ser feita uma revisão. Disse que o tempo era de “vacas gordas, o País atravessava ventos de mudança e de esperança, de entradas de dinheiros” e que esperava que houvesse alguma benesse para o Concelho de Sesimbra. Referiu que a única pergunta que o PSD colocaria ao Executivo, seria se pensava que haveria alguma redução, por parte do Poder Central, da taxa do IVA referente à eletricidade ainda durante o ano de 2018, porque tinha de se reconhecer que havia sido o Governo do PSD a aumentar esta taxa de 6% para 23%, tendo sido criticado na altura pelo “rombo” causado às Autarquias.-----

----- Em termos de Orçamento, haviam sido referidos investimentos essenciais para o Município e sobre a dívida global da Autarquia, tinha vindo a ser alvo de muito critério e estava a falar-se de 16 milhões de euros em termos de médio/longo prazo, e que havia 6 milhões de euros provenientes de uma ferramenta essencial que o Governo do PSD disponibilizara a todas as Câmaras que era o PAEL, que viera dar um desafoço financeiro às Autarquias. Quanto à questão das opções das GOPS para 2018, disse que todas elas iam ao encontro daquilo que seria o anseio da população e de qualquer Força Política. A única diferença era que cada Partido Político tinha a sua posição em termos de prioridades e esta era a prioridade apresentada pelo Executivo que todos esperavam que fosse cumprida. Deixou duas referências ao Plano e disse que o mesmo contava com posições que haviam sido debatidas pelo PSD na última campanha sobre as quais houvera oportunidade de falar com o Presidente da CMS. Tratava-se da dinamização da parte das tradições locais e a colocação de postos de carregamento de viaturas elétricas.

----- Disse que havia alguns pontos que deixavam alguma preocupação e que faria com que o PSD estivesse mais alerta e atento durante o ano de 2018 como a questão da revisão dos Regulamentos

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Municipais de Cedência e Taxas Urbanísticas e a questão da água. -----

----- Quanto às GOPS, disse que havia um decréscimo nos investimentos, nomeadamente na parte da rede viária, sinalização e toponímia, na questão da ação social, na questão da juventude e do desporto. Este Concelho era rico em Associações nas áreas da Cultura e Desporto e sendo estes pontos alvo de redução, deixava alguma preocupação relativamente a esta matéria. -----

----- Contudo, era de valorizar a questão das GOPS na área da Educação, Saneamento e Rede Viária, situações fundamentais ao desenvolvimento concelhio. Disse ainda que esperava que este Orçamento e GOPS fossem exequíveis porque iam ao encontro daquilo que a população do Concelho tanto ambicionava. -----

----- Referiu que de todas as opções, o PSD ficava preocupado e desagradado, sabendo que não era obra que fosse executada pela Câmara Municipal, e que era a questão da construção da Escola Secundária da Quinta do Conde, pois mais uma vez o Concelho tinha sido renegado para esta construção. Alertou a Câmara Municipal e as Forças Políticas para que fosse tomada uma posição concertada e que não se deixasse morrer esta situação. Referiu que o PSD estava à vontade para falar desta matéria porque não fazia parte da força política que quando o seu Partido estava no Governo, tomava uma posição diferente. O PSD tivera sempre uma posição coerente em defesa da classe estudantil e professores do Concelho de Sesimbra. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que cumprimentou todos os presentes, em especial os munícipes presentes, pois dava gosto poder estar numa Assembleia Municipal com uma casa cheia de público com a população interessada pelos temas do Concelho. O Deputado disse que faria um nota sobre a questão da abertura do Centro Qualifica na Quinta do Conde e que se tratava de mais um sinal de que o Governo estava interessado em trazer mais qualificação para o nosso País pois só assim se poderia evoluir e, tal como o Governo se empenhara para que a Escola Navegador Rodrigues Soromenho pudesse avançar, também o Centro Qualifica correspondia a mais um sinal desse empenho. -----

----- Referiu ainda as negociações realizadas em Bruxelas, no decorrer desta semana, nas quais o Governo Português e a Ministra do Mar conseguiram que as quotas para que um conjunto de espécies se mantivessem apenas com uma pequena redução que teria pouco impacto e com estes resultados seria garantida a sustentabilidade económica e social do setor para além da garantia da sustentabilidade ambiental e das espécies. -----

----- Disse que a Sessão de hoje era uma das mais importantes da Assembleia Municipal, na qual eram discutidas as GOPS e o Orçamento. Tratava-se das opções políticas do Executivo que neste momento

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

liderava os destinos do Concelho. Referiu-se ao Executivo que deixava de lado uma parte considerável dos munícipes, uma vez que não integrava a força política com grande representatividade, cerca de 30% dos munícipes e que era constituído por uma coligação da CDU com o PSD. O documento hoje em discussão definia as prioridades do Executivo e o Orçamento dizia com que recursos se concretizariam essas mesmas opções, ou seja, tratava-se de uma forma de traduzir as Opções em números.-----

----- Disse que estas Opções tinham um conjunto que também seriam do PS e que muito possivelmente, muitas delas representavam propostas do PS ao longo dos anos e que haviam sido recusadas e agora apareciam nestas GOPS com uma diferente “roupagem” e que apesar do Partido Socialista se refletir no conjunto destas ações, não poderia deixar de salientar o facto de não ter sido envolvido na definição destas opções e, inclusive, os dois Vereadores desta força política terem recebido esta informação com um tempo muito reduzido, não lhes tendo sido permitido dar contributos mais positivos para que estas Opções pudessem ter sido melhoradas. Disse que lhe surgia uma dúvida na primeira página numa frase em que era referido: “...sem margem temporal para avaliação coerente sobre toda a estrutura de receita e despesa e a consequente avaliação da mesma...”. Questionou se o Executivo, à exceção dos dois Vereadores terem deixado de fazer parte do mesmo e tirando o Presidente da Câmara, todos os outros elementos eram os mesmos, o que causara alguma estranheza que não tivesse havido margem temporal para uma avaliação coerente da estrutura da receita e da despesa, uma vez que tendo em conta o histórico, haveria conhecimento daquilo que se estava a tratar.-----

----- Fez referência a outra nota importante na segunda página. “...os documentos são suscetíveis de reavaliação e reapreciação posterior pela Câmara Municipal tendo em vista a sua consolidação definitiva, considerando também eventuais contributos que visem o seu enriquecimento...” e mais uma vez, disse que, infelizmente, mesmo estando no estatuto de oposição, os Vereadores do PS não haviam tido grande oportunidade para dar esses contributos. Continuando a análise do documento, referiu-se ao primeiro objetivo : “Melhorar e alargar as infra-estruturas das quais depende a qualidade de vida da população” e disse que tendo em conta o contexto do Concelho de Sesimbra e havendo dois pólos de desenvolvimento importantes que eram a Quinta do Conde e as duas freguesias do Castelo e Santiago, um dos investimentos estruturante para ligar estas duas comunidades que por razões históricas ainda não se tinham aproximado, uma das medidas que o PS tinha incluído no seu Programa, seria importante que se avançasse com uma via de comunicação que permitisse a ligação destas duas comunidades sem ter de se passar por outros Concelhos vizinhos. Existia uma via aberta que era a Estrada dos Almocreves, que permitiria esta ligação tão importante entre as duas principais comunidades do Concelho.-----

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Referiu ainda uma das grandes opções que seria o reforço dos serviços de proximidade, nomeadamente ao nível da limpeza e higiene urbana e disse que lhe causava alguma estranheza, uma vez que na sua campanha eleitoral, o Partido Socialista sempre se referira ao problema da falta de limpeza urbana no Concelho, tendo sido acusado de estar a “atacar” os próprios funcionários da Autarquia quando estava a ser dito que havia falta de limpeza urbana. O certo era que aparecia como primeira opção na listagem apresentada, significando que era de facto, um problema, dando razão ao PS, o que não acontecera há alguns meses atrás.-----

----- Fez referência ao último ponto: “*Qualificação, valorização e otimização dos serviços municipais*” e disse que o PS concordava que a otimização dos serviços municipais passaria por um novo edifício da Câmara Municipal, pois hoje em dia os serviços encontravam-se dispersos num conjunto de edifícios, o que fazia com que os próprios funcionários não pudessem trabalhar e executar as suas funções nas melhores condições por terem de se deslocar entre edifícios, fazendo ainda que houvesse um conjunto de recursos pagos em termos de rendas.-----

----- Disse que seria importante perceber-se como se refletiam estas opções e salientou a comparação entre os valores de 2017 para 2018 e era visível uma redução considerável no investimento na rede viária, que de certo modo iria contrariar as grandes opções anteriormente faladas em termos de infra-estruturas, bem como outro tipo de reduções relativamente a 2017, nomeadamente na área social com uma redução nos gastos com os temas da juventude e do desporto, o que não deixava de causar alguma surpresa, com a qual o PS não se revia.-----

----- Relativamente ao urbanismo, disse que o PS gostaria de ter visto uma referência sobre formas de combate à desertificação da Vila. Relativamente à qualidade do Turismo, havia uma contradição entre qualidade e quantidade apostando-se muito na quantidade. Em relação ao empreendedorismo, quando se olhava para as atividades económicas na comparação relativamente ao ano anterior, via-se uma redução dos gastos e depois era dito que se apostava nas *start-ups*, mas o certo era que quando se falara das receitas, o Partido Socialista tivera a oportunidade de defender uma redução dos impostos no sentido de garantir que as empresas pudessem ser mais atrativas mas essa visão não havia sido acompanhada pelo Executivo.-----

----- A **Presidente da AMS** disse que queria fazer uma comunicação que não fizera no início dos trabalhos e realçou a presença da comunicação social nesta sessão, nomeadamente através de representantes do jornal “Sesimbrense” que registava com agrado não só pela sua presença mas também com os votos pela sua continuação em sessões futuras.-----

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que não iria fazer questões ao Presidente da CMS mas tendo em conta as intervenções dos colegas das várias bacadas, iniciaria a sua intervenção dizendo que em relação à intervenção do Deputado João Rodrigues sobre as IPSS e as funcionárias, o que a CMS fizera em recorrer às IPSS não tinha sido mais do que colmatar uma falta que havia por estar impedida de contratar pessoal. As IPSS tinham a noção que o acordo com a Autarquia tinha um limite de prazo que estava a chegar ao fim. A CMS iria, e muito bem, contratar auxiliares de educação poupando verbas. Em relação às IPSS, dependiam da Segurança Social, do Ministério da Educação e de outros Ministérios e tinham orçamentos e receitas próprios. A CMS iria recorrer à contratação de pessoal para fazer face áquilo que seria a sua competência no 1º Ciclo e Pré-escolar.-----

----- Relativamente à intervenção do Deputado Sérgio Faias, disse que o Centro Qualifica era, de facto, importante na Quinta do Conde e não só. A requalificação da Escola Michel Giacometti também era importante, bem como a construção de uma Escola Secundária. O Centro Qualifica dava resposta à camada adulta da população que por algumas razões não tivera condições para estudar e que agora queria fazer a sua qualificação ao nível do ensino básico, 2º Ciclo e Secundário. O Qualifica já tivera vários nomes e, inclusivamente, já existira em Sampaio (RVCC, Unidades Curriculares). Infelizmente para o Concelho de Sesimbra, só havia esta oferta para a população adulta na Quinta do Conde e quem quisesse ter outro percurso de formação a nível de ensino que não tivesse cumprido até uma determinada data, teria de se deslocar para Setúbal, Seixal ou Palmela. O Centro Qualifica era óptimo mas não resolvia todos os problemas do Concelho de Sesimbra.-----

----- Relativamente à Estrada dos Almocreves, disse que a Quinta do Conde não estava isolada do Concelho de Sesimbra e que este eixo ligava a Freguesia do Castelo à Quinta do Conde. Perguntou se havia uma estimativa de custos para a sua pavimentação e era possível que muitos dos presentes nunca tivessem lá passado. Estruturante seria a ligação do IC 21 ao Concelho de Sesimbra, coisa que o Governo do Partido Socialista não fez, pois quem se deslocava para Lisboa perdia um tempo infinito nas suas deslocações diárias por não haver alternativa.-----

----- O Deputado disse que a Estrada dos Almocreves estava incluída no Plano de acessibilidade da Mata de Sesimbra e que ao analisar o Orçamento, as GOPS e o Plano de atividades, a CDU destacava que o Executivo da CDU tinha uma preocupação essencial com o bem-estar social da população de Sesimbra nas áreas da Educação, Saúde, Cultura, Desporto e na valorização do Património Cultural desta região. --

----- Na área da Educação, referiu os apoios a Projetos das escolas e que Sesimbra estava incluída nos

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

municípios que mais projetos promovia em conjunto com os Agrupamentos de Escolas do Concelho, situação reconhecida a nível nacional por toda a comunidade escolar. Referiu também o apoio às famílias através da comparticipação dos custos dos transportes escolares, nas refeições e auxílios económicos do 1º Ciclo e também ao nível do Pré-escolar, no prolongamento de horário e nas refeições. Ao nível do Parque Escolar, disse que actual Executivo da CDU continuava, e bem, o investimento de forma a dar a resposta nas áreas da sua competência, onde neste orçamento destacava a construção e ampliação da Escola Básica do Conde II. Não sendo sua competência, a CMS assumira junto do Ministério da Educação, fazer a ampliação e requalificação da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho, chamando a si parte dos custos da obra. Esta obra era necessária para o Concelho e promovia a economia da Vila de Sesimbra. Salientou ainda o combate ao insucesso escolar, uma aposta ganha e que continuava a ser refletida no presente orçamento.-----

----- Disse que os documentos hoje apresentados também refletiam o avultado investimento que a gestão CDU tinha na área da Cultura, na preservação do Património Cultural e Edificado. Um exemplo era a requalificação do Cabo Espichel e da Capela de S. Sebastião. No âmbito da Cultura, deveria referir-se o investimento na Programação Cultural diversificada e de qualidade, que pusera Sesimbra na rota cultural do País.-----

----- Relativamente à questão da Saúde, o Deputado destacou o início da construção do Centro de Saúde de Sesimbra, um equipamento necessário para dar resposta à população da Freguesia de Santiago e também aos profissionais que atualmente exerciam as suas funções naquele Centro de Saúde sem as mínimas condições para tal.-----

----- Salientou ainda o apoio ao Movimento Associativo, fundamental para assegurar o seu funcionamento, essencial ao desenvolvimento social da população do Concelho de Sesimbra.-----

----- Referiu que a campanha eleitoral havia terminado há dois meses e estavam presentes para trabalhar. Provavelmente muitos fariam diferente das propostas hoje apresentadas e a CDU estivera na maior parte dos anos na gestão do município, intercalada com dois mandatos do Partido Socialista que no segundo mandato perdera a maioria absoluta. Não votar este Orçamento seria votar contra a construção de uma escola na Quinta do Conde, contra o saneamento básico na Azoia, contra a requalificação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho e contra a requalificação da rede de águas no Concelho.-----

----- A **Presidente da AMS** informou que o Deputado João Rodrigues havia feito uma intervenção de dezoito minutos, o Deputado José Guerra por sete minutos, o Deputado Lobo da Silva por onze minutos, o Deputado Sérgio Faias por catorze minutos e o Deputado Rui João por onze minutos. Disse que iria dar

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

a palavra aos 8 Deputados inscritos e que não tinha condições para solicitar que fossem sucintos nas suas intervenções. Dado algumas das questões já terem sido colocadas por elementos do mesmo grupo político, solicitou que não se repetissem, uma vez que eram 23.30h, para que houvesse a oportunidade de respostas do Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado João Pólvora** que cumprimentou todos os presentes e disse que as Sociedades mais vibrantes existentes no Mundo eram precisamente aquelas onde a participação cívica dos seus cidadãos era maior e onde se fazia sentir de forma mais forte. Deixou um desafio aos presentes para que participassem e não se coibissem nunca de se fazer ouvir a sua voz, pois faria com que a qualidade do debate entre as várias bancadas e a qualidade do trabalho do Executivo fosse melhor.

----- Disse que em pleno século XXI, a participação cívica dos cidadãos poderia ser feita de outra forma e não apenas da presença física. Seria importante que tivesse sido prevista uma forma da população do Concelho poder assistir e visualizar as reuniões relativamente às GOPS. Este seria um desafio, bem como estudar uma forma de a população poder participar mesmo não estando presente. -----

----- Relativamente às intervenções, referiu que o Deputado Sérgio Faias falara sobre o respeito pela proporcionalidade e que tinha sido opção do Executivo não incluir os dois Vereadores eleitos com a atribuição de Pelouros e tempos. Seria também importante, neste aspeto, para além da possibilidade de respeitar os resultados eleitorais, a questão da transparência, ou seja, seria muito importante que no dia-a-dia numa instituição como a Câmara Municipal de Sesimbra, estivessem presentes Vereadores das outras forças políticas da oposição que pudessem acompanhar os trabalhos e o que acontecia era uma impossibilidade destes Vereadores poderem acompanhar as decisões da Câmara e o que se passava na sua organização, o que era completamente diferente dos Vereadores do Partido Socialista poderem acompanhar esta realidade apenas nas reuniões do Executivo e da Assembleia Municipal. A seu ver, seria importante para a qualidade da democracia do Concelho de Sesimbra, que tivesse sido dada essa oportunidade aos eleitos do Partido Socialista. -----

----- O Deputado disse ainda que o PS também defendera a redução do IMI porque, tal como o Presidente da CMS havia frisado, era verdade que não houvera um aumento das taxas do IMI mas também era verdade que o valor da receita do IMI tinha aumentado. Por esta razão poderia e deveria ter sido feito um esforço neste aspeto. -----

----- Relativamente à Estrada dos Almocreves, disse que era importante porque para além de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da Quinta do Conde que muitas vezes tinham de se deslocar aos serviços em Sesimbra, existia também uma questão de dimensão económica, isto é, enquanto não

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

houvesse uma estrada que permitisse uma ligação entre estas comunidades, o mercado do Concelho de Sesimbra para as nossas empresas não seria um mas dois mercados, em que haveria um conjunto de empresas que acabava por ter uma forte componente a trabalhar no mercado da Quinta do Conde e nos Concelhos adjacentes e depois um conjunto de empresas a trabalhar na outra parte do Concelho de Sesimbra. Esta estrada seria importante por este aspeto bem como o investimento na ligação à auto-estrada. O Deputado disse que era um dos munícipes que demorava duas horas diárias para chegar ao trabalho e a casa, tendo desta forma a sua qualidade de vida afetada. Defendia a melhoria das ligações da responsabilidade do Governo Central.-----

----- Em seguida, o Deputado disse que iria focar-se num conjunto de preocupações transmitidas pelos munícipes e que o próprio fazia questão de as colocar. Referiu que havia duas preocupações muito específicas que tinham a ver com o serviço do bar na Biblioteca Municipal de Sesimbra e que tinha conhecimento que estivera a decorrer um Concurso mas não sabia se houvera algum resultado e que era certo que quando o próprio ou qualquer outro cidadão se dirigia à Biblioteca, este serviço não estava presente. Questionou o Presidente relativamente à forma com que se daria resposta a esta necessidade, se haveria um novo serviço camarário como acontecera no passado ou se haveria um novo período de Candidaturas para os cidadãos.-----

----- A outra questão estava relacionada com a paragem de veículos de transportes públicos em Sesimbra.-----

----- A Presidente da AMS interrompeu o Deputado e disse que estas questões não eram inerentes às GOPS, embora compreendesse que tivessem sido transmitidas e que gostaria de as colocar. Estavam relacionadas com a Atividade Municipal mas, atendendo a que se estava numa perspectiva de abertura e esclarecimento, não seria impedido de colocar a questão prevista na sua intervenção.-----

----- O Deputado agradeceu e disse acreditar que estas suas questões poderiam ser introduzidas no âmbito da Ordem de Trabalhos desta Assembleia. Tal como dissera anteriormente, a questão seguinte estava relacionada com a paragem de veículos de transportes públicos em Sesimbra, a principal junto ao Terminal dos autocarros. O espaço da urbana para os cidadãos de Sesimbra era pequeno para a população que diariamente se queria sentar e abrigar da chuva, pois como era sabido, a população era envelhecida e poderia ser introduzida uma intervenção neste Terminal nos Planos da CMS.-----

----- Tomou do uso da palavra a **Deputada Luísa Carvalho** que cumprimentou todos os presentes em particular todos os que se tinham disposto a assistir a esta sessão tão importante que dizia respeito à forma como estava a ser estrategicamente planeado o desenvolvimento do Concelho de Sesimbra e a



Assembleia Municipal de Sesimbra

forma como o dinheiro seria afectado para a prossecução desses objetivos estratégicos. -----

----- Disse que os objetivos estratégicos, muitas das vezes não eram de curto prazo mas de médio e longo prazo. Ainda que parecesse que a Lei não estabelecia a possibilidade de se ter um Plano para quatro anos, em que o Executivo propunha um Plano com essa duração. Muitos destes objectivos não seriam alcançados no prazo de um ano e seria importante haver uma ideia do *timing* desses objetivos, da forma como seriam alcançados e do impacto que teriam para toda a população, quer em termos de benefício quer de custo. -----

----- A Deputada disse que já tinha sido falado sobre a questão do número de funcionários e era sabido que em vários municípios havia desemprego e as Câmaras acabavam por ser o principal empregador das regiões mas, ainda que isso tivesse alguma relevância, era fundamental que se conseguisse dinamizar a atividade económica porque, se não houvesse para além da Câmara e dos seus funcionários que criariam as condições para que a economia e o bem-estar das pessoas pudesse resultar de uma forma positiva para todos, sem a outra parte, não se conseguiria ter as tais receitas, o dinamismo económico, etc. -----

----- Disse haver uma preocupação mais ténue relativamente à questão das empresas e dos setores estratégicos. Questionou o Presidente da CMS sobre quais eram os setores por freguesia, uma vez que estas tinham características diferentes, considerados estratégicos e como é que estas GOPS dariam resposta a essa estratégia por forma a conseguir-se também que a Câmara pudesse apoiar o desenvolvimento local. -----

----- Salientou que o Turismo era um setor com alguma relevância para o Concelho e referiu a forma como esta estratégia estava a ser desenvolvida, nomeadamente no que dizia respeito à divulgação das Marcas e que a certa altura aparecia a Marca Arrábida, que incluía os municípios de Sesimbra, Setúbal e Palmela. Havia uma articulação e mistura de Marcas que causavam alguma confusão e que se a Deputada fosse um turista ou investidor que quisesse vir para Sesimbra, queria saber concretamente onde é que Sesimbra apostaria na área do Turismo e como é que seria feita essa divulgação. Disse ter analisado a evolução do turismo no concelho de Sesimbra e verificado que houvera uma época de quebra na procura, a época baixa, mas houvera um crescimento relevante dos turistas estrangeiros, o que era positivo e acompanhava a tendência nacional, mas não sabia se seria conjuntural ou estrutural. -----

----- Para que deixasse de ser conjuntural e não dependesse da boa conjuntura económica e passasse a ser estrutural e prolongasse com a repetição das vindas a Sesimbra, teria de ser feito um investimento no sentido de se pensar em Sesimbra como uma marca internacional. Disse que consultara o *site* da CMS

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

e ficara surpreendida com uma coisa numa Vila turística, que quando tentara fazer a opção para Inglês e lhe parecera uma tradução eletrónica porque a dada altura havia uma promoção à gastronomia com um doce feito por uma Senhora chamada Graça Garrau e o seu nome aparecia traduzido como *Garrau Grace* e todos sabiam que não se traduziam nomes próprios. Por vezes não valia a pena fazer muito e mais valia fazer pouco e bem pois se se queria apostar num mercado internacional, poderia ter-se um *site* em Inglês com condições.-----

----- Vira que nas GOPS havia muito dinheiro para se ir às Feiras Internacionais e pensara que aparecendo um investidor estrangeiro na BTL e com a apresentação deste *site*, o mesmo ficaria com a ideia que Sesimbra se tratava de um Concelho de amadores. A Deputada considera esta sugestão como construtiva para que houvesse um melhoramento e se pensasse na Marca para que tivesse uma dimensão internacional e fosse buscar essas pessoas que conseguissem vir a Sesimbra na época baixa. --

----- Disse ainda que muitas vezes os municípios trabalhavam de forma independente, o que não era positivo. Questionou o que é que tinha sido feito em conjunto se existia uma sinergia para a marca Arrábida entre Palmela, Sesimbra e Setúbal na área de Turismo de Lisboa. -----

----- Estávamos no ano Internacional do Turismo sustentável, que implicava que se olhasse para o Turismo de forma a aumentar o número de receitas e nessa perspetiva, uma das dimensões do Turismo sustentável e da Marca Arrábida, seria haver menos pressão turística, conciliar os costumes e haver inovação social no turismo com a participação das comunidades. Não via que houvesse uma estratégia muito clara neste sentido e esperava que durante estes quatro anos de presença na Assembleia Municipal, fosse possível ver melhorias neste sentido.-----

----- Foi cedida a palavra à **Deputada Bertina Duarte** que cumprimentou todos os presentes e começou por falar da questão da taxa do IMI familiar. Disse que poderia ser considerada uma situação extemporânea mas sentia-se na obrigação de colocar a questão se havia uma divulgação neste sentido porque era abordada várias vezes por famílias do Concelho que não tinham conhecimento da redução desta taxa e perguntavam o que fazer para terem informação relativamente a este benefício fiscal e a quem teriam de se dirigir, se tinham de fazer um requerimento às Finanças ou à Câmara Municipal. A Deputada perguntou se havia alguma divulgação nesse sentido.-----

----- A questão seguinte prendia-se com a situação da mobilidade inter-carreiras e inter-categorias. Perguntou se existiam trabalhadores que exerciam funções de Técnicos Superiores mantendo a categoria de assistentes técnicos e se existiam, qual o número de trabalhadores nesta situação e se, ao ser tomada a posição de não criar postos de trabalho no Mapa de Pessoal de 2018 para mobilidade inter-carreiras e

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

inter-categorias, tinha sido solicitado algum parecer à Comissão Sindical.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que cumprimentou todos os presentes e congratulou-se com a presença do público pois com casa cheia, estas sessões tinham mais valor. -----

----- Começou por dirigir-se ao Deputado Rui João e relembrou que em 2011, o prolongamento do IC21 para Sesimbra, tinha sido, felizmente, chumbado em âmbito de avaliação de impacto ambiental. Na altura, a CMS contestara o Projeto apresentado, não pelas mesmas razões partilhadas pelo próprio, que se envolvera ativamente na contestação a esse projecto e que ambos teriam ficado satisfeitos com a reprovação em impacto ambiental. Não lhe parecera que tivesse sido apenas uma questão Governamental, embora a vontade política do Governo Central tivesse pesado. Quanto à Estrada dos Almocreves e ao custo da pavimentação, lembrara-se de uma frase conhecida e dita por um antigo Presidente da Universidade de Harvard: “Se acham que a Educação é cara, experimentem a ignorância”. Encontrara alguma analogia pois se pavimentar, embora de forma regrada porque qualquer projeto para esta estrada que multiplicasse e aumentasse o trânsito para a zona sul do Concelho não era desejável. Aquilo que eventualmente, em termos de ligação intra-concelho seria possível de obter com toda a minimização desde emissão de gases, dióxido de carbono e um balanço bem feito, talvez pudesse justificar esse investimento. -----

----- Relativamente às GOPS, disse que já tinham sido colocadas algumas questões na reunião realizada na passada terça-feira, parcialmente discutidas e esclarecidas mas era essencialmente sobre os nove pontos principais e alguns comentários, nomeadamente alguma ausência de mais dados ou pormenores sobre as GOPS como a primeira opção em melhorar e alargar as infra-estruturas das quais dependia a qualidade de vida da população. Pelo que entendera, o investimento na água estava incluído na Opção e através dos dados fornecido, haveria um aumento de mais 30% na despesa associada à água. Considerava que esse valor envolvia toda a despesa com o novo furo de captação e todas as outras ações associadas a isso. Não discutindo a pertinência de haver um furo de captação nem a qualidade da água obtida, as questões que se levantavam tinham a ver com o stress eventualmente causado sobre este recurso valiosíssimo para toda esta região da Península de setúbal. Perguntou se havia alguma avaliação sobre esta matéria, se as Entidades estavam a acompanhar, se este período de seca teria impactos inevitáveis sobre as águas superficiais e subterrâneas. O PS manifestava alguma preocupação se este assunto passava despercebido e não havia um acompanhamento, se a CMS associada às ideias de fazer novos furos de captação para aumentar a quantidade de distribuição da água, não tinha preocupações relativamente ao impacto que poderia vir a ter sobre os recursos e como é que tudo seria gerido pois

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

tratava-se de um assunto sensível. -----

----- Relativamente à Opção “Promover uma política sustentada de urbanismo, ordenamento e requalificação urbana”, disse que faltava uma palavra essencial que era a palavra *moderna*. Deveria insistir-se em erros do passado, bem como retomar projetos do Passado claramente datados. A CMS tinha um Plano Director Municipal (PDM) que teria começado a ser pensado no início da década de 90, o que significava muito tempo e o facto de não haver uma atualização nem aproveitar as oportunidades existentes para corrigir e reavaliar erros do passado seria uma pena. Disse que havia pouco esclarecimento em algumas das Opções apresentadas. Dentro das áreas do Ordenamento e de requalificação urbana, falara-se na reunião desta semana acerca do Projeto “Sesimbra Shell” que neste momento era objecto de requalificação urbana e o impacto que tinha e o facto de ter tido um voto unânime aquando da sua aprovação há 13/14 anos, não era ilibado de erros que eram evidentes para todos, pois todos partilhavam de críticas sobre aquele empreendimento. Seria importantíssimo aproveitar o momento para reavaliar e redimensionar aquele Projeto. Referiu que o facto de ter sido aprovado não havia sido um erro cometido apenas por alguns mas por todos, tendo havido já tempo suficiente para se poder reapreciar e muitas das pessoas que na altura haviam votado favoravelmente, olhariam agora para a obra com outra maneira de ver. -----

----- No âmbito do ordenamento, estavam inseridas questões relacionadas com grandes investimentos e atividades no âmbito da Proteção Civil como a questão da Revisão do Plano Municipal de Emergência. Esta revisão teria de merecer alguma abordagem neste contexto de ordenamento também porque aparentemente já tinha havido um evento em Sesimbra relacionado com os riscos naturais. Disse que quando se levantara esta questão na Campanha eleitoral da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago não tinha sido por brincadeira mas a sério, como a questão do risco sísmico, *tsunami*, etc. Era uma questão merecedora de preocupação e quase sem querer, a opção que aparentemente seria tomada em relação à localização do Centro de Saúde seria uma opção nesse sentido, pois era um local que tendo em conta o contexto da Vila, seria possível um bom ordenamento da Vila de Sesimbra no âmbito das preocupações com riscos naturais. -----

----- Relativamente à construção do novo Tribunal, havia um aspeto merecedor de alguma preocupação em relação à sua localização e às intervenções que seriam da responsabilidade do município como a envolvente e os acessos. Salientou a proximidade à Moagem de Sampaio e a eventual interferência sobre algumas das infra-estruturas da Moagem que poderia ser provocada por estas intervenções da envolvente do Tribunal. Por este motivo, deveria ser feita uma reavaliação relativamente

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

a esta matéria, pois investir na nossa entidade cultural e patrimonial passava por uma infra-estrutura como a Moagem de Sampaio, merecedora de todo o apoio e investimento que tinha vindo a ter. -----

----- Para terminar, e cingindo-se à questão do Património Natural e Cultural, acrescentou a questão da valorização, reconhecimento e assumir do que o Património representava para a região. Disse não ter verificado em parte alguma de toda a documentação apresentada, qualquer intenção de recurso aos financiamentos da Estratégia Nacional de Educação Ambiental possíveis nos próximos anos que poderiam ser caminhados para a questão da valorização do Património e da sensibilidade ambiental à qual estava indissociada a nossa identidade cultural por todo o seu envolvimento natural. A Estratégia Nacional de Educação Ambiental teria uma duração de 2017 a 2020 e pelo menos em 2019 e 2020 haveria o propósito de poder recorrer-se a esses financiamentos e subsídios, situação totalmente apropriada para uma região como Sesimbra. -----

----- A **Presidente da AMS** sensibilizou os colegas que entretanto iriam intervir e referiu que alguns iriam fazê-lo pela segunda vez, apelou à capacidade de síntese, uma vez que algumas das questões já tinham sido abordadas, para que pudesse ser dada a palavra ao Presidente da Câmara e prestar os esclarecimentos às questões colocadas. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado lobo da Silva** que disse congratular-se que ao fim de quatro anos do PSD tanto debater na questão do Turismo, as outras forças políticas se revissem na posição assumida pelo PSD, ou seja, aquilo que havia sido dito era que seria necessário saber vender melhor e mais o Concelho de Sesimbra. Quando o PSD intervinha sobre esta matéria, parecia que falava de coisas muito estranhas mas atualmente todos viam que o turismo era a grande alavanca deste Concelho. -----

----- Relativamente à questão da Estrada dos Almocreves, disse ao Vereador Américo Gegaloto que via esta questão como “*um não haver vontade do desenvolvimento do Concelho*”. Era lembrado que aquando da construção da Ponte Vasco da Gama, houvera um problema com os ambientalistas relativamente às luzes da Ponte, que teriam de ter uma inclinação e ser azuis porque os peixes precisavam de descansar durante a noite. O Deputado questionou quantas luzes azuis faziam parte da iluminação desta Ponte. Disse que quase se atrevia a dizer que se tratava de uma questão de “*má fé*” quando eram chumbadas situações estruturantes para o Concelho de Sesimbra e que nada tinha a ver com impactos ambientais. -

----- O Deputado dissera na reunião de Comissão que esta semana iria alertar o Vereador Sérgio Marcelino para uma situação para a qual o PSD já vinha a alertar há vários anos e que tinha a ver com a recolocação do Coreto de Sesimbra na freguesia de Santiago ou do Castelo. Relembrou que existia um Coreto, que muitos Concelhos não tinham, guardado numa instalação camarárias e que em termos

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

culturais, deveria estar ativo.-----

----- A **Presidente da AMS** disse que, procurando estar atenta às intervenções dos Deputados, a questão colocada sobre reprovação do IC21, havia sido referida pelo Deputado Paulo Caetano. -----

----- Foi cedida a palavra à **Deputada Paula Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes, em particular o público hoje presente em tão grande número. Felicitou a Assembleia Municipal por se ter saído do “nosso” espaço e ter sido acolhida nesta casa que era o Grupo Desportivo União de Azoia.-----

----- No que dizia respeito às GOPS e no acompanhamento dos objetivos estratégicos e modelo de desenvolvimento para o Concelho, referiu a melhoria e o alargamento das infra-estruturas das quais dependia a qualidade de vida da população, sendo uma delas a modernização e o reforço do abastecimento de água. -----

----- Tendo em conta as alterações climáticas e face ao ano de seca que este ano atingira Portugal e lembrando ainda que daqui a seis meses se iniciaria a época balnear, questionou à CMS quais as medidas que a Autarquia previa tomar para evitar a falta de água e para a sustentabilidade deste recurso natural de excelente qualidade no Concelho de Sesimbra, escasso e essencial para a vida humana. -----

----- Disse que outro dos aspetos inscritos neste orçamento era, como já havia sido referido, a promoção da defesa do Património Natural e Cultural e a valorização da Cultura e do Turismo que tinham sido uma grande aposta por parte da CMS. Esta Assembleia gostaria de saber, uma vez que no próximo ano se celebrava o Ano Europeu do Património Cultural, se a Autarquia previa algumas iniciativas para assinalar esta grande data.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Valente** que cumprimentou todos os presentes e disse que os munícipes do público estavam a ser uns verdadeiros “guerreiros” por se manterem até ao fim da Sessão. -----

----- Disse que o Grupo Municipal da CDU analisara a proposta de orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2018 que hoje foi submetida à votação, consideramos no que se refere à receita, que Autarquia continua a defender e a depender da obtenção da receita própria. Ainda ninguém havia referido que a CMS dependia da receita própria, uma vez que as verbas transferidas pela administração central devido à fórmula de cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, representava apenas 5% do total da receita obtida pela autarquia, continuando deste modo a não ser cumprida a Lei de Finanças Locais.--

----- Realçou ainda que a CMS se encontrava entre as sete autarquias que menos dependia das transferências do Orçamento do Estado, onde no total de receitas de capital no valor de 14.750.661,00€ a Câmara Municipal de Sesimbra só recebia do Orçamento de Estado (FEF Capital) o montante de

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

202.132,00€ ou seja, 1,37% da receita referida.-----

----- Relativamente às despesas correntes e de despesas de capital, uma parte relevante dizia respeito aos compromissos já assumidos pela Autarquia e encontravam-se nestes longos quadros, significando que havia muitas Candidaturas e trabalho a necessitar de ser continuado.-----

----- Disse que nas despesas correntes seria de realçar o descongelamento de carreiras, o aumento do salário mínimo, a manutenção das delegações de competências nas Juntas de Freguesia e os apoios ao Movimento Associativo, tão bem representado hoje nesta casa. Também estavam incluídos nestas despesas os apoios sociais às famílias, inclusivamente no âmbito da Educação. -----

----- Em relação às despesas de pessoal, disse que se verificara uma clara aposta nos serviços de proximidade, nomeadamente na manutenção do espaço público e de higiene urbana, estando prevista a urgente e necessária contratação de recursos humanos que bastante falta faziam. -----

----- Seria aqui importante valorizar o papel dos trabalhadores que estavam nesta Autarquia e que prestavam um serviço público mesmo com um número de efetivos deficitário, ou seja, devido à impossibilidade de contratação dos últimos anos.-----

----- Relativamente às despesas de Capital a Autarquia cumpriria com as suas obrigações com o Estado Português em três projetos, que seriam da competência da Administração Central, como a construção do Tribunal, o Centro de Saúde e a ampliação e requalificação da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho.-----

----- Disse que os projetos de requalificação do Cabo Espichel, do Bloco da Mata, da recuperação da Capela de São Sebastião e outros eram de grande relevância estrutural para o concelho, motivo pelo qual as listagens eram tão grandes.-----

----- Acrescentou que a Autarquia continuaria a investir na melhoria da rede de adução e distribuição da água e na rede de saneamento. -----

----- Ficava demonstrado que sem o aumento dos impostos ou tarifários dos serviços urbanos ou tarifários de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e com uma gestão rigorosa responsável e séria por parte do Executivo, continuava a investir-se no Concelho de Sesimbra.-----

----- Salientou que substituir em parte a Administração Central, era o que vinha a ser feito e que continuar-se-ia a aproveitar as oportunidades.-----

----- Com este orçamento previa-se o desagramento da dívida global da Autarquia. -----

----- Referiu que o Grupo Municipal da CDU votaria favoravelmente o orçamento apresentado porque era realista, moderado e exequível e que os documentos em referência respeitavam os compromissos

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

eleitorais assumidos e que o atual Executivo se encontrava em conformidade com o trabalho iniciado.---

----- Interveio o **Deputado José Braga** que cumprimentou todos os presentes e disse que começaria por responder à intervenção do Deputado João Pólvora com todo o respeito pois a questão fundamental de todos era fazer política com ética e valores. -----

----- Disse que a CDU não recebia lições de ninguém sobre transparência e que o Executivo da Câmara era formado por quatro eleitos da CDU e um do PSD e já havia sido com o PS. Questionou se a transparência da CMS estava diminuída. Disse que na opinião do Deputado João Pólvora parecia que sim e poderia concluir que para o Deputado, só se o PS estivesse com Pelouros é que haveria transparência no seu “exponente máximo”. -----

----- Havia ainda sido referido que a CDU não tinha respeitado os resultados eleitorais tendo em conta a percentagem da votação obtida pelo PS. Explicou que em 2009, a CDU havia vencido as Eleições Autárquicas, tendo proposto ao Vereador do Partido Socialista a atribuição de Pelouros de meio tempo com a possibilidade de vir a ser de tempo inteiro, proposta esta rejeitada pelo Vereador do PS. Nesta altura o PS não se preocupava com a percentagem de eleitores que em si haviam votado e que agora invocavam. Esses votos foram colocados no caixote do lixo. Esta situação aplicava-se também à transparência. -----

----- Em seguida, disse ao Deputado João Rodrigues que estava a desempenhar com toda a legitimidade aquilo que uma parte da população lhe havia decidido atribuir de acordo com a expressão eleitoral e cujo principal papel era fundamental na fiscalização e deliberação que este Órgão desempenhava mas como compreenderia, o Executivo tinha toda a legitimidade e obrigação de apresentar um Orçamento e GOPS que respeitassem os compromissos assumidos neste Programa. -----

----- Relativamente ao IMI e ao Mapa de Pessoal, disse que o Deputado apresentara os valores da subida e da despesa nestes últimos anos e que a questão da redução já havia sido debatida na sessão anterior da Assembleia Municipal e disse que se a CMS baixasse este imposto, abdicaria de uma parte importante desta receita que tanta falta fazia para os vários compromissos assumidos pela Autarquia.---

----- Perguntou ao Deputado João Rodrigues onde arranjaria o dinheiro para se fazer face à diminuição da receita do IMI, se seria através do aumento da dívida ou pela anulação de alguns investimentos em obras e em caso afirmativo, quais as obras. Disse que a resposta a estas questões seria fundamental para perceber as opções.-----

----- Relativamente à admissão de trabalhadores, lembrou que entre os anos de 2011 e 2015, haviam saído 156 trabalhadores da Autarquia e que quando as novas admissões se efectivassem, não

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

iriam repor o número que se verificava em 2015. Nos últimos 16 anos, a população do Concelho crescera em cerca de 16.000 habitantes e a CMS estivera impedida de contratar mais pessoal. Era conhecida a urgente e necessária contratação, nomeadamente de assistentes operacionais para a área da limpeza urbana e ignorar ou tentar “escamotear” estes factos não era correto pois existia a necessidade de meios humanos e as populações não podiam ser prejudicadas no que se referia à prestação de serviços por parte da Autarquia. -----

----- Relativamente ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018 apresentado pela CMS, disse que aquando da análise e avaliação destes documentos fundamentais para a gestão de uma Autarquia, normalmente eram utilizados alguns critérios, estando dois deles associados a estes documentos. Um critério era mais técnico e o outro mais político. No critério técnico, a avaliação aos documentos tinha a ver com o seu conteúdo e as propostas nele contidas, se eram exequíveis, o seu grau de rigor, a sua realidade, limitações e insuficiências, entre outros. Era importante ter presente, aquando da avaliação destes documentos, quem eram os destinatários e beneficiários que tal como era do conhecimento de todos, eram as populações.-----

----- No critério de análise mais política aos documentos, acontece que para um ou outro Partido político, era principalmente esse critério que decidia qual a sua posição no sentido de voto em detrimento e prejuízo do critério mais técnico e referia-se principalmente ao voto “contra”.-----

----- Disse que a sua convicção, e apenas isso, de que os vários grupos políticos presentes já haviam decidido o seu sentido de voto e que não seria esta discussão que alteraria essas decisões. Este até poderia ser o Orçamento perfeito, que não o era, assertivo e rigoroso na previsão da arrecadação da receita e na concretização da despesa prevista. Poderiam ser também as GOP's perfeitas, que não eram, onde estivesse prevista a realização de tudo e mais alguma coisa, passe o exagero, porque nada disto influenciaria a decisão já tomada por um ou outro Partido por mais explicações ou esclarecimentos que os membros do Executivo da CMS prestassem. -----

----- Referiu que a principal razão do voto “contra” residia naquilo a que chamava “pormenor da maior relevância” que residia no facto de se estar perante documentos elaborados pela gestão CDU da Câmara Municipal. Para alguns Grupos políticos era isto que estava em causa e utilizavam todo o tipo de argumentos para justificar a sua opção e avaliavam estes documentos em grande medida pelo ângulo estreito político-ideológico tendo como principal critério a origem do documento. É a partir desta opção e posicionamento que dão início à análise aos documentos, o que à partida condiciona uma visão e análise mais alargada que estes documentos requerem. É natural que qualquer força política tem o direito

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

democrático em não concordar nem apoiar estes documentos por existirem outras opções para a gestão do Concelho. Assim sendo, devem assumir claramente a sua posição e não esconder-se em argumentações, as quais muitas vezes estavam carregadas de uma elevada dose de demagogia, incoerência e falta de memória.-----

----- Para terminar, passou a referir alguns elementos considerados relevantes e que estavam relacionados com o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal ao longo dos últimos anos: nos últimos cinco anos, a dívida da Autarquia foi reduzida em cerca de 16 milhões de euros, em cerca de 50%, ao mesmo tempo, foram concretizados um conjunto de variadíssimos investimentos no Concelho que na sua grande maioria foram suportados pelos cofres da Autarquia. Este enorme esforço financeiro foi conseguido através da obtenção de receitas próprias já que as verbas transferidas pela Administração Central haviam sido irrisórias e insignificantes tendo em conta a dimensão dos valores em causa. Tudo isto decorreria num grave período de crise económica que afetara o País bem como as finanças das Autarquias Locais.-----

----- A **Presidente da AMS** referiu que a jornada de intervenções já era bastante longa, que cada grupo político já tinha feito a sua intervenção e que ainda havia mais cinco Deputados para intervir, para além das respostas do Sr. Presidente da Câmara como também da solicitação feita pelo Vereador Américo Gegaloto relativamente à questão que lhe dizia directamente respeito.-----

----- Apelou aos Deputados que fossem intervir pela segunda vez que o fizessem de uma forma sucinta.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** e fez questão de lembrar os colegas do Partido Socialista que durante os 2 últimos mandatos do PS na Câmara, o IMI estivera sempre na taxa máxima (0,5%) e que a CDU baixara esse valor para a taxa atual. Referiu que para haver investimento no Concelho seria necessário haver receita e que se exigia o cumprimento da Lei das Finanças Locais, pois se fosse devidamente cumprida, as Autarquias provavelmente teriam condições para baixar os impostos. --

----- Relativamente à questão da Estrada dos Almocreves e do IC21, disse ao Deputado Paulo Caetano que muitas vezes estavam em consonância com aquilo que pensavam da defesa do Ambiente mas o IC21 havia sido e bem chumbado pelo facto por via das questões ambientais mas deveria ser tido em conta que não havia sido criada uma resposta alternativa. Referiu que todos conheciam esta estrada e questionou que impacto haveria no ecossistema com a sua pavimentação, que hoje era, e muito bem utilizada para a prática do BTT e do atletismo, significando que a sua pavimentação não seria a melhor solução. A solução para a ligação da Quinta do Conde ao resto do Concelho não passava por essa questão

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

mas sim por outras vias de acesso alternativas ou aquilo que não existia no Concelho. Salientou que neste momento nos encontrávamos numa população limítrofe do Concelho de Sesimbra, na Azoia, e que esta população tinha os mesmos problemas que a Quinta do Conde para se deslocar à Sede do Concelho e esse problema era a falta de transportes públicos. Uma rede de transportes públicos adequado e em condições que desse azo ao seu uso em detrimento do uso de automóveis devia ser o assunto que a Assembleia deveria debater em conjunto. O Deputado informou que no ano de 2019, a concessão dos TST iria terminar em Sesimbra e que todos, em consonância, deveriam lutar por uma rede de transportes públicos adequados, pois a Estrada dos Almocreves não resolveria o problema da ligação a Sesimbra mas criar ainda outros mais.-----

----- A **Presidente da AMS** apelou a que o Deputado Paulo Caetano não usasse o seu direito de resposta às questões colocadas e que esta discussão poderia ser colocada numa próxima reunião, aquando da discussão da Atividade Municipal. A presidente pediu permissão para ter este “desabafo” no sentido de se poder dar um aceleração nos trabalhos.-----

----- Foi dada a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro** que cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao Presidente do Grupo Desportivo União de Azoia bem como aos seus Órgãos Sociais a forma de receção desta Assembleia Municipal.-----

----- O Deputado referiu que a sua intervenção iria basear-se em três questões e a primeira prendia-se com a redução ao nível do Orçamento do Investimento Municipal quer na Ação Social, no Desporto e na Cultura e perguntou se no âmbito da gestão dos apoios ao Movimento Associativo, estava prevista a unificação da Regulamentação ao Associativismo, uma vez que existiam dois Regulamentos específicos: um destinado ao Associativismo Desportivo e um outro mais genérico e considerava que seria importante unificar e clarificar algumas regras respeitantes às actividades de natureza social, cultural, educativa e recreativa.-----

----- O Deputado continuou a sua intervenção e disse que a segunda questão estava relacionada com a Escola Secundária da Quinta do Conde, um desejo de todas as forças políticas presentes nesta Assembleia e em especial dos Quinta-condenses. Perguntou se além das iniciativas levadas a cabo, estavam previstas por parte do Executivo, algumas iniciativas novas no sentido de pressionar o Governo, encabeçado pelo PS e com o apoio Parlamentar da CDU e BE.-----

----- Para terminar, questionou qual a previsão em termos de medidas de fixação de empresas no Concelho. Disse que seria importante a Autarquia ter mais pessoal mas também seria importante dinamizar a actividade económica fixando mais empresas e criando postos de trabalho que não fossem



Assembleia Municipal de Sesimbra

conferidos pela CMS. -----

----- Relativamente aos vários comentários feitos esta noite, ouviu que votar contra este Orçamento seria votar contra obras essenciais que a Autarquia iria fazer em prole da população e era óbvio que todos queriam o melhor para Sesimbra e para as populações de Sesimbra. Disse que aquilo que diferia era a forma como o MSU entendia que esse trabalho deveria ser feito e tal como alguns colegas Deputados já haviam reconhecido, não poderiam estar todos de acordo relativamente a todas as matérias. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado José Guerra** que disse que o voto contra não se tratava do facto de não reconhecer que no Orçamento e nas GOP's não havia propostas com as quais não se concordava. Referiu que o BE não votava contra a recuperação e ampliação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, contra a construção do novo Centro de Saúde nem contra as acessibilidades ao novo Tribunal. Disse que votava contra por haver algumas propostas que não levavam à coesão territorial e social e por ser uma decisão política, mostrando que existem outros caminhos. Salientou que recuperar Património era muito importante mas teria de haver propostas concretas para que o Património recuperado tivesse uma actividade regular durante todo o ano. -----

----- Referiu que o BE vota contra propostas sobre atividades culturais avulsas quando misturam no mesmo "saco" lazer, diversão e cultura. O voto contra significava querer mais e melhor para o Concelho de Sesimbra. -----

----- O Deputado acrescentou ainda que não havia um empenho do Executivo na criação de um transporte público intermunicipal que concorresse em 2019 com a empresa privada TST. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vitor Antunes** que cumprimentou todos os presentes e felicitou todos aqueles que tinham agora aderido ao Programa da CDU com a defesa intransigente da Estrada dos Almocreves e disse que ainda não tinha visto nenhum Quinta-condenses a defender com todo o vigor com que os outros membros o faziam relativamente a esta questão. Não seria a Estrada dos Almocreves que iria certamente trazer a felicidade e resolver todos os problemas nem acrescentar a felicidade e qualidade de vida aos Quinta-condenses, que se construiriam com a Escola Secundária, a construção de um Lar de Idosos, a conclusão do Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial da Cercizimbra, a construção do Centro de saúde, a construção de uma Loja do Cidadão e também com os mais de 3 milhões de euros para a Educação, tal como estava referido nas propostas de GOP's. -----

----- Questionou o Presidente da CMS se no próximo ano se teria a clássica da Arrábida em ciclismo

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

pois era uma forma de promover a região, em particular o Concelho de Sesimbra e disse que em relação à proposta de discussão IC21, ao contrário daquilo que o Deputado Rui João dissera, a CDU subscrevia e valeria a pena ver-se novamente as propostas do saudoso Augusto Pólvora que na ocasião fizera porque essas resolveriam, certamente, o problema da acessibilidade a Sesimbra, uma vez que é a única sede de Concelho sem acesso por via rápida. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que disse o seguinte: “*Quem exerce, exerce; quem não exerce, opina*” e referiu que tinha de ser assim pois era esta a forma de funcionamento da democracia. Referiu defender que quem ganhava as eleições era quem devia e tinha a obrigação de exercer o Poder e que era a esse Programa que tinha de responder perante os eleitores e mal seria que quem estivesse no Executivo exercesse o Programa de outra força política. -----

----- Relativamente à questão das admissões, disse que focara mais a questão da gestão, o problema e a forma como deveria ser encaminhado. O Deputado referiu ainda que tinha alguns assuntos para falar relativamente à Azoia mas tratava-se de questões para a Atividade Municipal. Para terminar, desejou um Feliz Natal e um Bom Ano Novo a todos os presentes. -----

----- A **Presidente da AMS** referiu que a Ordem de Trabalhos da Sessão de hoje era única e exclusivamente sobre as Grandes Opções do Plano, questões referentes à programação para o próximo ano de 2018 e foi nesse sentido que durante as últimas duas horas e meia foram colocadas questões pelos Deputados. -----

----- Interveio o **Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra** que disse que não conseguiria ser breve no esclarecimento após o conjunto de questões colocadas. Antes de começar o seu esclarecimento, passou a palavra ao Vereador Américo Gegaloto. -----

----- O **Vereador Américo Gegaloto** cumprimentou todos os presentes e disse que a sua intervenção tinha a ver apenas e só com o esclarecimento relativamente à “transparência”, relacionado com a circunstância hoje afirmada e na qual havia sido afirmado que o Partido Socialista e o Vereador Américo Gegaloto não havia aceitado os Pelouros no ano de 2009. Disse que era normal que na sequência de um processo eleitoral, houvesse um conjunto de reuniões, no sentido de poder haver partilha e distribuição de Poderes entre os Vereadores. -----

----- Informou que na Primeira reunião de Câmara ocorrida a 02 de novembro de 2009, após a Tomada de Posse, a proposta apresentada ao Vereador eleito pelo Partido Socialista, era a atribuição do Pelouro da Saúde, tendo transmitido na altura, ao então Presidente, Augusto Pólvora que por motivos deontológicos e profissionais não poderia exercer essa função, considerando que existia algum conflito

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

de interesses, patente nessa mesma função que poderia vir a assumir.-----

----- Nesse sentido, houve um conjunto de contrapostas à proposta inicial, não tendo as mesmas sido aceites. Tratou-se de um processo negocial por questões deontológicas e não políticas, explicadas na ata dessa reunião (Anexo 1).-----

----- Esclareceu também que nunca havia sido proposto um tempo inteiro mas apenas meio tempo motivo este que dera ao Vereador do PSD um tempo inteiro que também iria ter apenas meio tempo. --

----- O Vereador disse que esperava desta forma ter havido um esclarecido relativamente à “transparência”, ao que era deontológico, à ética moral e aos bons costumes.-----

----- A **Presidente da AMS** agradeceu o esclarecimento e disse, relativamente à questão inicialmente colocada pelo Deputado João Rodrigues em relação à difícil compreensão dos mapas que o Dr. Sardinha informara que se tratava de um documento de trabalho onde podiam não constar todos os pontos referidos no pedido de esclarecimento do Deputado mas que seria distribuído a todos os Deputados durante a próxima semana para que pudessem visualizar e constatar o enunciado das candidaturas e respetivos valores de investimento.-----

----- O **Presidente da CMS** retomou a sua intervenção e relativamente à intervenção do Deputado João Rodrigues, disse que esta questão já havia sido discutida numa Assembleia Municipal na qual todas as forças políticas, à exceção da CDU, haviam apresentado nas suas propostas da campanha eleitoral e que o Executivo dissera que não existiam condições para poder reduzir o IMI, tendo em conta o conhecimento da estrutura da Câmara Municipal e que não iria ser afirmado algo para o qual se sabia que não haveriam condições para ser cumprido.-----

----- Relativamente ao IMI, o valor da receita no ano de 2009 havia sido de 9 milhões de euros e no ano de 2017 seria de 14 milhões de euros. O Presidente da CMS disse que já havia explicado aos Deputados da Assembleia Municipal que um cidadão que no ano de 2011 pagava um valor de IMI e não tivera nenhuma alteração de reavaliação da sua habitação, que não era da responsabilidade da Autarquia, apesar de no último Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, uma das propostas ter sido de que o coeficiente de localização deveria ser da responsabilidade das Autarquias, mas era da Autoridade Tributária e que estes cidadãos, atualmente, pagavam exatamente o mesmo valor que em 2011.-----

----- Seria falso dizer-se que a Câmara Municipal estava a onerar, ao longo destes anos, aquilo que eram os impostos sobre cada uma das famílias. Disse que houvera um conjunto significativo, do qual a Autarquia não tinha quaisquer dados porque a Autoridade Tributária não os fornecia, de que houvera um

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

aumento resultante das reavaliações, bem como das novas habitações, apesar de não serem muitas, e ainda um aumento porque ao longo de todos estes anos, os Fundos Imobiliários que eram isentos, passaram a pagar 50% e depois 100%. Disse ainda que havia o conhecimento, mesmo sem acesso a esses dados, que todos os imóveis que não estavam a ser habitados, e estavam na posse dos Bancos, eram Fundos Imobiliários dos mesmos e não pagavam IMI. Não era verdade que o aumento desta receita era proveniente do aumento dos impostos sobre os cidadãos. Relativamente à intervenção do Deputado José Braga ao referir a importância da receita do IMI, disse que um cidadão que tivesse uma casa avaliada em 120.000€, pagaria 480€ de IMI e que se a Autarquia reduzisse o imposto para 0,39%, o mesmo cidadão pagaria 468€, uma diferença de 12€, o que seria um alívio mas que representaria mais de meio milhão no Orçamento Municipal, sendo que mais de 50% da receita do IMI era proveniente de segundas habitações. Por esse motivo, a opção do município, mesmo não concordando politicamente com a questão do IMI familiar por não haver nenhuma progressividade nem benefício social para quem não tivesse filhos ou fosse divorciado, considerar ser a única forma que a Lei permitia de haver uma redução para os residentes do concelho de Sesimbra. -----

----- Em relação ao PAEL, o Presidente disse que a Câmara Municipal de Sesimbra se encontrava num nível do PAEL em que não era obrigada a ter o IMI na taxa máxima, o que não acontecia. Referiu que havia sido referido pela bancada da CDU que durante os seus anos de Mandato baixara a taxa de IMI de 0,5%, progressivamente até 0,4% e mantida até esta altura, tendo em conta o conhecimento da estrutura de receita da Câmara Municipal. Em relação ao PAEL, a única ferramenta encontrada à época para transformar uma dívida de médio prazo em dívida de longo prazo, no ano de 2017, a CMS estimava ter uma receita de 13.735.000€. Não era diferente da previsão feita quando a Autarquia concorrera ao PAEL nem da receita de 2017. No ano de 2018, estava prevista uma receita de 14.179.00€. Esta foi a justificação para ter esta ferramenta que servia para aliviar a os cofres da CMS e a capacidade para investimentos. Referiu que quando era dito que o Município de Sesimbra era o 7º município do País que menos dependia do Orçamento de Estado, significava que era um município com uma grande capacidade de arrecadar receita, o que correspondia à verdade porque o previsto na distribuição equitativa entre a Administração Central e Administração Local eram 5 milhões de euros. Exemplificou que o Concelho de Alcácer do Sal, com menos de metade do número de habitantes de Sesimbra, recebia 9 milhões de euros e isto acontecia por três motivos, sendo o Concelho de Sesimbra triplamente prejudicado, em primeiro lugar porque há 10 anos que não era cumprida a Lei de Finanças Locais, em segundo porque nos encontrávamos numa zona de convergência, a Área Metropolitana de Lisboa, sendo contribuintes

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

líquidos para o Fundo de Coesão Municipal e em terceiro porque Sesimbra foi dos Concelhos que mais cresceu nos últimos 10 anos e uma vez que a Lei nunca fora cumprida, essa atualização nunca havia sido feita. -- -----

----- Salientou que a Freguesia da Quinta do Conde era a mais prejudicada do País do ponto de vista do financiamento e que se fosse feita uma alteração, com toda a certeza que haveria margem, no âmbito da estrutura da receita da CMS para esta matéria ser avaliada com coerência e responsabilidade. Disse que perguntava a si mesmo se as pessoas estariam disponíveis para ter uma redução de 7€ ou 8€ e deixar de ter meio milhão de euros naquilo que eram os investimentos. Salientou que os segundos residentes não contavam para a Lei das Finanças Locais e o município teria de ter os serviços de limpeza e manutenção das ruas, das calçadas nas urbanizações fechadas, e que no caso de Sesimbra, tinha muita 2ª residência.-----

----- Em relação à questão das despesas com o pessoal, na mesma linha em que a CMS tivera constrangimentos com a Lei de Finanças Locais, só em abril de 2016 é que haviam sido levantadas as restrições face à contratação de pessoal. Ao longo dos últimos dez anos também houvera um conjunto de restrições, com o não aumento, uma diminuição de 2,5%, a manutenção do mesmo valor relativamente ao ano anterior, situações que obrigaram a Autarquia a “emagrecer” os seus recursos humanos.-----

----- Disse que muitos funcionários haviam saído da CMS, sobretudo aqueles que tinham os vencimentos mais baixos, com o objetivo de procurar outras alternativas. Salientou que a Autarquia tinha um défice comprovado de assistentes operacionais, o que se compreendia porque as pessoas estudavam e faziam o seu percurso académico e de certa forma tinham tido mobilidade e requalificação ao longo dos tempos, o que obrigara a um ajustamento da Câmara Municipal. Esta necessidade de assistentes operacionais era mais evidente nas áreas de limpeza urbana, manutenção do espaço público, recolha do lixo e esta falta refere-se a meios humanos e também equipamentos. Exemplificou que há cerca de um mês a Autarquia, que possuía 8 viaturas de recolha do lixo, tinha tido apenas um carro a funcionar, tendo havido a necessidade de alugar outros três, situação que tinha custos.-----

----- Referiu que a CMS poderia concessionar mas que não tinha sido essa a opção. Disse que a água era estritamente dos serviços municipais, não havia nenhuma concessão de serviços e tratava-se de uma opção política que era manter na esfera pública da Câmara Municipal, aquilo que eram os serviços básicos, havendo a necessidade de se fazer ajustes.-----

----- Relativamente à questão dos funcionários das IPSS, o Presidente disse que havia sido exactamente neste quadro da impossibilidade de contratação, que as IPSS, através de um acordo com a

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Câmara Municipal, numa situação que sabiam provisória, acederam a resolver um problema das famílias, pois tinha a ver com a Componente de Apoio à Família nas escolas de 1º ciclo e pré-escolar. Esta resolução tivera um custo de 700.000€. O que se estava a fazer não era mais nem menos do que regularizar uma situação permitida hoje em dia pela Lei. Mesmo regularizando esta situação dos assistentes operacionais aos abrigos dos protocolos, representavam, pelas contas da Autarquia, um ganho de 200.000€. Representava este valor também por outro motivo, pois sendo funcionários da CMS, haveria uma comparticipação do Ministério da Educação para a contratação desses funcionários, o que não acontecia com estes funcionários nas IPSS. Algumas das Direções das IPSS envolvidas consideram um alívio, pois tratam-se apenas uma “barriga de aluguer”.-----

----- Sobre a questão dos investimentos, mapas e instrumentos financeiros contabilísticos existentes nas Autarquias Locais, disse que eram aqueles que a Lei de Finanças Locais obrigava a ter. O quadro de perceção da receita era exactamente aquele que a Lei de Finanças Locais permitia ter. Não havia receita consignada e seria impossível a Autarquia ter, para o ano de 2020, a noção se a obra da Escola Navegador Rodrigues Soromenho durasse até esse ano e ainda houvesse pagamentos a fazer, se a parte de 200.000€ seria paga por receita corrente, por receita de capital ou com recurso a crédito. O que se sabia era que a Autarquia estimara que em 2018, a soma do financiamento não definido poderia chegar aos 16 milhões de euros, que em 2019 seria de 21 milhões de euros e que em 2020 baixaria para 14 milhões de euros. Referiu que este seria o investimento total porque se fosse pelo Portugal 2020, obrigava a regras muito mais apertadas por ter prazos. Informou que recentemente a Câmara Municipal tivera uma opção de não adjudicação de uma empreitada que agora iria “derrapar” 2 ou 3 meses com um novo procedimento concursal, significando também uma “derrapagem” na execução financeira. Referiu que havia valores de empreitadas abaixo do valor de mercado ou da estimativa de custo lançada pela Autarquia. Disse que em termos das operações do Portugal 2020, materiais e imateriais, para o ano de 2017, a estimativa de investimento da CMS seria de 405.000€, em 2018, a estimativa era de 5 milhões de euros, no ano de 2019, estimava ter 6 milhões de euros, por isso a inflação que aparecia do ponto de vista do Plano Plurianual de Investimento de 21 milhões de euros e no ano 2020 a estimativa era de 2.480.000€. Referiu que estes valores eram meramente previsionais e serviam para o Departamento Financeiro da Câmara Municipal poder ter uma gestão financeira o mais credível e sustentável possível e também para se poder fazer opções e definir prioridades.-----

----- Relativamente à questão do IMI familiar, o Presidente da CMS disse que se tratava de uma dedução automática e não era passível de nenhum requerimento à Câmara Municipal e que no caso de

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

haver alguém que considerasse que não estava a ser aplicada, teria de se dirigir à Autoridade Tributária e apresentar uma reclamação.-----

----- Em relação aos investimentos no Cabo Espichel, disse que o processo estaria a decorrer e estava previsto que, a curto prazo, o caderno de encargos pudesse estar concluído para a abertura do concurso público para a requalificação do edificado do Cabo Espichel num projeto de concessão do edifício da Ala Norte, adquirida pelo Município, onde se incluía como contrapartida, a requalificação da parte exterior da Ala Sul para também ser concessionada. A Autarquia ficaria com o ónus de requalificar o interior desta Ala, propriedade da Igreja, com um contrato de direito de superfície que permitiria fazer esta operação.

----- Referiu que para além dos arranjos exteriores, situação que tinha vindo a atrasar a submissão da candidatura do Projeto final por não estarem previstos, havia ainda a possibilidade da CMS colocar um investimento na ordem dos 400.000€ que representava, juntamente com os 500.000€ já previstos para estes mesmos arranjos. A previsão aquando da candidatura já aprovada, seria uma intervenção apenas no edificado, mais especificamente na cobertura e nas infra-estruturas de base e não no seu interior, que permitiria alavancar um concurso público de concessão.-----

----- Tendo em conta que estava integrado no REVIVE e que a Autarquia não ficaria responsável pela requalificação do próprio espaço, tanto interior como exterior da Ala Norte, a opção havia sido não perder esse financiamento de forma a poder fazer alguns investimentos que seriam da sua responsabilidade. Esta situação teria de ser coordenada, pois havia um prazo e este investimento teria de ter início até final do ano de 2018, nem que fosse uma pequena despesa que justificasse que o Projeto estaria a decorrer.-----

----- Disse que a informação que tinha seria de que no caderno de encargos que estava a ser preparado entre a Câmara Municipal, o Instituto de Turismo e com a influência do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), uma vez que tinha a ver com questões de infra-estruturas básicas nomeadamente com o saneamento e estava previsto que no primeiro trimestre do ano de 2018 pudesse estar em concurso público. Havia informação de que neste momento havia dez interessados e a previsão dada pelo Instituto de Turismo para a execução da obra era de dezoito meses.

----- Disse que com o número de interessados e com o prazo dado, o Cabo Espichel estaria reabilitado num espaço de tempo razoável, admitindo que poderia ser no espaço de um Mandato.-----

----- Estava nos planos da Autarquia a intervenção no resto da Casa da Água, no aqueduto e era por aí que se iria começar pois este investimento poderia ser terminado até 2021. Esta obra teria de ser dividida em várias empreitadas e as estruturas e requalificação dos espaços exteriores seriam executadas no final.

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Relativamente à questão levantada por um conjunto de Deputados sobre a estrada dos Almocreves, o Presidente da CMS disse que a mesma estava prevista no plano de acessibilidades e num quadro de reabilitação no âmbito de uma operação de urbanização da Mata da Vila Amália e num quadro de contrapartidas que esse investimento tinha para a Câmara Municipal. Disse que se tratava de uma questão importante mas que não sabia se seria prioritária para o ano de 2018. Referiu que quando havia um conjunto de pavimentos de vias de comunicação no estado em que se encontravam e que já tinham sido ajustados tendo em conta os investimentos noutras áreas, nomeadamente nas que estavam na Candidatura como o saneamento, a gestão da água, os investimentos do Portugal 2020, e que já tinha sido reduzido aquilo que tinha sido nos últimos três anos, o investimento na área da reabilitação dos pavimentos. O Presidente disse ter a certeza que aquilo que a Autarquia tinha incluído este ano para reabilitação das vias de comunicação, seria insuficiente para fazer um investimento na estrada dos Almocreves pois a sua extensão era de 10 Km. Este custo seria de 600.000€ apenas para o tapete, deixando de fora as bermas, infra-estruturas e valetas. Tratava-se de uma questão de prioridades e neste momento nem poderia ser discutida no quadro de orçamento da Autarquia. -----

----- Relativamente às questões da mobilidade colocadas pelo Deputado José Guerra, o Presidente da CMS disse que estava previsto para os próximos quatro anos, um investimento nunca visto ao nível da mobilidade. Disse que todos gostariam que as zonas pedonais previstas para a zona da Azoia chegassem aos Pinheirinhos, Zambujal e Santana mas a prioridade havia sido ligar as áreas urbanas e que na Azoia não se tratava de uma ligação mas de uma necessidade. As restantes zonas como Caixas-Alfarim, Zambujal-Santana, Santana-Cotovia, Santana-Maçã, Maçã-Sampaio, passando pelos estabelecimentos de ensino e todos os equipamentos daquela zona incluindo até a reabilitação da rede viária e algumas alterações ao trânsito e criação de uma rotunda na estrada nacional 378 na Cotovia, já se tratavam de ligações entre os meios urbanos. Referiu que gostava de ter uma ligação entre o zambujal e Alfarim mas que para tal necessitaria de ter o triplo do orçamento, o que era completamente inviável. -----

----- Em relação ao Pólo de Leitura da Quinta do Conde, disse que estava previsto para este ano a feitura deste Projeto e que o local já estava indicado, tratando-se de um espaço para a instalação de uma eventual Loja do Cidadão que hoje era o armazém da Loja Solidária e que os próprios serviços da área das Bibliotecas o identificavam como sendo suficiente para a instalação de um conjunto de equipamentos necessário para o funcionamento da biblioteca. A CMS comprometia-se a lançar o procedimento no próximo ano. -----

----- Relativamente às questões culturais, disse que era entendido que existia uma oferta diversificada

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

e que em relação ao repovoamento da Vila de Sesimbra, a opção que a Autarquia tinha vindo a ter havia sido a criação, quer na habitação a custos controlados quer na aposta da habitação social como faria com o Bloco da Mata e inclusivamente ao nível da Operação de Reabilitação Urbana, a potenciar a reabilitação urbana para edifícios com tipologias de habitações maiores. Admitiu que seria possível, se não fosse tido em conta o valor comercial praticado nos imóveis da Vila, a CMS adquirir os imóveis e depois vendê-los para segunda habitação, tal como o BE já tinha referido em reuniões de comissão. -----

----- Disse que a Câmara tivera que realojar um conjunto de pessoas na Vila de Sesimbra, para a reabilitação urbana do Bloco da Mata, e que para tal, estava a pagar rendas de 600€. -----

----- Sobre a questão da Avenida da Liberdade, disse que este Projeto não estava “morto” e que esta situação não era assim tão antiga, tal como o Projeto do Tribunal, cujo acordo havia sido assinado há sete anos para a sua construção em Sampaio. O Presidente da CMS referiu que o Projeto da Avenida da Liberdade havia sido igualmente aprovado pela Câmara Municipal e que com o actual orçamento municipal não haveria as condições para um investimento de 15 milhões de euros num edifício Municipal durante os próximos quatro anos, a não ser que o conjunto de investimentos previstos não fosse concretizado. -----

----- Relativamente à questão urbanística, disse que alguns dos terrenos privados nessa zona tinham a capacidade construtiva e tratava-se de uma operação que permitiria resolver um conjunto de questões: a criação de 400 lugares de estacionamento, a reabilitação do estádio Vila Amália, e a construção do edifício principal praticamente sem encargos complementares para a CMS. Tendo em conta a conjuntura atual, havia sinais de que eventualmente, o processo poderia ser retomado e que se encontrava na posse do proprietário que o adquirira de acordo com a operação lançada pela Câmara Municipal e que até esses mesmos sinais serem explorados para saber se poderiam ou não avançar, a Autarquia não os iria abandonar, tal como não abandonara a questão do Tribunal. Este acordo ocorrera no ano de 2009 que havia sido completamente retirado e retomado há cerca de um ano pelo atual Governo. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Lobo da Silva, o Presidente da CMS disse que a associação entre as despesas com o pessoal e os impostos diretos era meramente matemática mas não havia nenhuma ligação direta causa/efeito e que o orçamento era *uno*, não havendo receitas consignadas. Disse que se estava no tempo das “vacas gordas”, não sabia de tal e que relativamente à entrada de dinheiro, no que dizia respeito à questão insistentemente colocada sobre o IMI, se a Câmara Municipal de Sesimbra tivesse a mesma ferramentas que o Governo com a possibilidade de transformar determinados impostos noutros, poderia haver uma alteração nesta taxa. Referiu que o imposto sobre o

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

tabaco, tinha no final do ano, o mesmo bolo de receita que o conjunto dos IMIs praticados em todas as Câmaras Municipais. Disse que se a Autarquia tivesse impostos sobre o tabaco, o açúcar, o sal ou sacos de plástico, poderia nem haver IMI, mas infelizmente essa ferramenta não estava ao dispor da Autarquia. --

----- Sobre a redução da taxa do IVA da eletricidade, disse que não estava prevista na Lei do Orçamento de Estado e que tinha sido colocado pela Associação Nacional de Municípios, pela Associação Nacional de Freguesias e não fazia sentido algum os municípios estarem a pagar 23% de IVA pela iluminação pública. Disse que ia sendo feita pressão sobre os sucessivos Governos para que esta situação pudesse ser alterada.-----

----- Relativamente à Revisão dos Regulamentos, disse que os mesmos sofriam actualizações consideradas deficitárias pelos serviços e não eram vistas para aumentar tarifas nem taxas aos munícipes. Disse que se admitia que nos serviços urbanos pudesse ser feita uma reavaliação dos escalões e que era sabido que teria de haver uma receita para cobrir os 90% de custos da operação de produtivos da Câmara Municipal e que haveria uma aprovação da Assembleia Municipal destes mesmos Regulamentos e que para tal contava com a participação dos Deputados nesta decisão.-----

----- Sobre a questão da pesca e negociação do pescado, disse que na sardinha não haveria tanta sorte mas seria importante dizer-se que Sesimbra não precisava apenas da renegociação sobre as quotas do pescado mas também de um grande investimento das estruturas da pesca, nomeadamente do Porto de Sesimbra que tinha andado um pouco esquecido com uma questão entre duas Entidades, como era sabido, tal como era necessário apostar no IC21, cuja proposta da Auto Estradas de Portugal era que esse traçado fosse portajado da Carrasqueira até à ligação do IC21 em Negreiros que, independentemente de tudo, teria uma vantagem que seria a contrapartida da construção da variante Porto de Abrigo-Carrasqueira que não seria portajada e que do ponto de vista estrutural para o Porto de Pesca e para Sesimbra, para aliviar a pressão dos núcleos urbanos como Santana e Cotovia, seria fundamental. Esta variante estava no eixo rodoviário há alguns anos como uma prioridade, se bem que fosse a última (20ª) e não se efetuava porque não era considerada uma via estruturante a um fator comercial e industrial, o que era errado, pois Sesimbra tinha um dos Portos mais importantes do País ao nível da pesca.-----

----- Disse que a Câmara continuaria a tentar com a Tutela, que até já havia mostrado disponibilidade em colaborar na própria solução.-----

----- Em relação às questões das GOPS, disse que não tinha havido uma margem temporal para uma avaliação coerente e não tinha a ver com a questão do conhecimento ou desconhecimento da estrutura de despesa mas com questões particulares. A primeira seria que o Presidente não estaria em exercício de

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

funções e fizera questão de conhecer e discutir rúbrica a rúbrica, as questões do Orçamento e as prioridades, o que demorou o seu tempo. A segunda questão tinha a ver com um conjunto de matérias fundamentais para olhar para a estrutura da despesa como a gestão da frota e a reorganização dos serviços. Disse ainda que a CMS tinha despesas fixas e que por muito que “esticasse de ambos os lados”, a oscilação não era muito grande. Aquilo que poderia priorizar e decidir eram as GOPS e não houvera margem para avaliações. O Presidente disse que acreditava haver margem no futuro e que de forma construtiva, todos os Partidos pudessem olhar para tal, e não bastava olhar apenas para o campo da receita mas também para o campo da despesa, pois se houvesse cortes na Cultura e no apoio ao Movimento Associativo, a CMS seria apontada por não fazer nada mas teria de se priorizar áreas, tal como havia sido feito.-----

----- A área da Educação tivera um aumento substancial porque houvera um investimento com início em 2018 e tinha a ver com uma série de Candidaturas, não apenas materiais, com a ampliação da Escola da Quinta do Conde e da Escola Navegador Rodrigues Soromenho mas também com ações imateriais com Projetos de Ações ao abandono e insucesso escolar, o que fazia disparar esta área.-----

----- Relativamente ao Saneamento, disse que a Freguesia do Castelo tinha um investimento de 2,5 milhões de euros. -----

----- Referiu que o restante eram oscilações pontuais e que a quebra maior havia sido notada na rede viária, sinalização e toponímia, ou seja, não haveria tanto investimento nas pavimentações como houvera nos últimos três anos, embora não deixasse de existir pois era a 5ª prioridade do ponto de vista daquilo que eram os investimentos com 1,3 milhões de euros. Disse que era fácil estar do “outro lado” mas que teriam de se definir prioridades. -----

----- Em relação à falta de higiene urbana referida pelo Grupo Municipal do PS, referiu que a Autarquia nunca dissera que as coisas estavam ótimas mas sim das dificuldades da Autarquia. Salientou que a opção de aumentar meios técnicos e humanos era uma grande aposta. -----

----- Sobre o serviço do bar da Biblioteca disse que tinha ido a hasta pública e ficara deserto e que iria um ajuste direto à próxima reunião de Câmara para que houvesse um serviço de cafetaria no Cineteatro. -----

----- Em relação à paragem dos veículos de transportes públicos disse que já estava em processo de aquisição uma duplicação da paragem da carreira urbana. -----

----- Relativamente à intervenção da Deputada Luísa Carvalho, disse que cada Força Política apresentava o seu Programa e que não tinha uma visão estritamente daquilo que era o programa eleitoral da CDU. A CDU deveria saber ouvir e incorporar aquilo que era opções de todas as forças

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

políticas se assim o entendesse. O seu Programa era um compromisso e refletia todas as questões estratégicas e que o *timing* e os custos dependeriam das oportunidades e estas tinham a ver com Candidaturas, que por sua vez não eram definidas pela CMS.-----

----- Sobre a questão da estratégia do turismo e das marcas, apontou três coisas essenciais: a nível nacional, a estratégia passava pela marca “Sesimbra é Peixe”; em termos internacionais, a estratégia era a marca “Sesimbra” e valorizando o eixo Ocidental, foi introduzida uma marca já existente no mercado. Disse que o produto “Arrábida” era uma estratégia da Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo do qual Sesimbra, Palmela e Setúbal faziam parte. Disse que este produto era acompanhado pela Autarquia mas ainda não estava definido em termos de estratégia.-----

----- Relativamente à evolução do Turismo, o Presidente disse não que havia dúvidas do grande impacto conjuntural por todo o País relacionado com várias questões, entre as quais a retoma económica e de problemas em vários países da Europa. Dissociar esta situação do investimento feito em Sesimbra de valorização da frente marítima, valorização do Património, melhoria da rede viária e melhores condições de parques de lazer, seria o mesmo que dizer que a Autarquia não havia feito nada nesta área. Foi feito muito e não era apenas no investimento público que se notava estas mudanças. O *Sesimbra Shell* esteve parado bastantes anos por falência da empresa na altura da crise económica. Este empreendimento foi adquirido e recomeçara novamente a construção. Garantiu que teria sido impossível a Câmara adquirir o mesmo por 8 milhões de euros, somando depois a esse valor, a sua demolição ou qualquer arranjo. Referiu que a Entidade que o adquirira tinha uma licença e um Projeto aprovado pela CMS com a criação de mais 300 lugares de estacionamento.-----

----- O Presidente disse não se sentir confortável, mesmo achando que não era entendido no assunto, que as varandas tinham um avanço superior aos outros edifícios mas era o que a Autarquia havia aprovado, tal como outras coisas como o Projeto da Mata de Sesimbra e o da Avenida da Liberdade. O certo é que este edifício estava a degradar-se e a sua recuperação era um aspeto positivo, esperando que daqui por 2 anos estivesse concluído.-----

----- Salientou que as “Vilas de Sesimbra” havia sido outra situação e não tinha a penas a ver com questões conjunturais mas com o que Sesimbra ganharia do ponto de vista da visão estratégica para os investidores privados. O facto do Cabo Espichel ter dez potenciais interessados não era uma questão meramente conjuntural. O “Sesimbra Azur” que falira e agora iria avançar para área residencial devia-se às condições criadas para tal. -----

----- Sobre o *site* da Câmara Municipal de Sesimbra, disse que se tratava de um *site* institucional

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

dirigido ao cidadão residente em Sesimbra e para o cidadão nacional. Estava integrado numa Plataforma da *Setúbal Península Digital* e que todos os municípios da região de Setúbal tinham *sites* iguais, à exceção de Almada e Seixal que tinham Plataformas próprias. O tradutor deste *site* era um tradutor do *Google translate*, uma *app* simples e automática. Disse que Sesimbra tinha ainda um site denominado “*Sesimbra é Peixe*” e outro site “*Visite Sesimbra*” e que o segundo não era do seu agrado e que no Programa eleitoral da CDU, um dos objetivos seria reformular o mesmo. -----

----- Relativamente à questão colocada sobre a água, disse que para além da aposta feita pela CMS no ponto de vista da gestão, desde captação, adução e armazenamento, havia uma Entidade chamada AIA (Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal), que tinha os estudos sobre os recursos no quadro da Península de Setúbal. Os objetivos desta Associação eram dois: o primeiro seria precaver qualquer tipo de perspectiva de concessão deste bem na área da Península de Setúbal. O segundo seria possibilitar que houvesse a criação de uma empresa intermunicipal para a gestão do bem. Disse que não havia enquadramento legal para tal porque a concessão teria de passar por uma empresa público-privada. O município de Sesimbra era um dos que tinha mais recursos hídricos subterrâneos, não querendo dizer que não tivesse que ser gerido mas também não queria dizer que numa empresa intermunicipal com participação estritamente pública, não houvesse uma partilha desses recursos mas também uma otimização que passasse por uma escala que permitisse baixar os custos de produção em todos os municípios, permitindo também baixar os custos ao munícipe. -----

----- Relativamente ao Pano de Emergência, disse que estava em vigor desde o início do ano 2000 e que a informação dada pelo Vereador Francisco Luís era de que até ao final do primeiro semestre de 2018, os trabalhos de Revisão deste Plano estariam concluídos. -----

----- Em relação à questão do novo Tribunal disse que havia um contrato de cedência para o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça e que a CMS estava a desenvolver todo o Projeto que ficara sob a sua responsabilidade bem como os encargos financeiros. O Projeto de acessibilidades já estava concluído e não punha em causa a Moagem de Sampaio mas apenas o eventual alargamento do terreno para a realização de feiras tradicionais. Relativamente ao Património Natural e Cultural, disse que havia um financiamento da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) que estava a ser acompanhado pelo Gabinete de Ambiente e Sustentabilidade da CMS e que se previa que estivesse concluído no primeiro trimestre de 2018. -----

----- Relativamente ao Coreto, disse que já havia informado o Deputado Lobo da Silva, aquando da realização da última reunião da Comissão de Líderes, que essa questão iria ser colocada aos Presidentes

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

das Juntas de Freguesia e admitiu que o mesmo poderia ficar bem no Parque Augusto Pólvora.-----

----- Sobre a valorização do Turismo de Cultura no Ano Europeu do Património Cultural disse que estava a ser colocada a hipótese da Autarquia efetuar uma Candidatura a Fundos Europeus e que poderia haver uma parceria com a Assembleia Municipal, no quadro da Assembleia Municipal de Jovens. -----

----- Em relação às medidas para a fixação de empresas, disse que o que se perspetivava no quadro dos compromissos era que os Regulamentos de licenciamento de obras, já estavam no início da Revisão para poder de certa forma, valorizar positivamente a fixação de empresas consideradas estratégicas nomeadamente ao nível do Turismo, Economia do mar e Desporto-Natureza.-----

----- Neste momento, apenas os empreendimentos turísticos tinham uma discriminação positiva no Regulamento de Taxas e pretendia-se alargar a outros setores considerados estratégicos.-----

----- Relativamente à clássica da Arrábida, disse que seria para continuar e que se tratava de uma acordo de três anos entre Setúbal, Palmela e Sesimbra e que ainda só tinha sido realizada a primeira edição. -----

----- Sobre a Escola Secundária da Quinta do Conde, disse que havia tido a oportunidade de manifestar à Senhora Secretária de Estado – Adjunta da Educação e mais recentemente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, a disponibilidade da Câmara Municipal de Sesimbra em fazer uma operação similar à que havia feito com a Escola Navegador Rodrigues Soromenho, com a Autarquia a assumir alguns encargos. Disse que da parte da Secretária de Estado – Adjunta da Educação tinha sido “fechada uma porta” mas tinha ficado uma janela aberta para a resolução deste problema e que nesta fase se iria insistir, na linha do que tinha sido feito em assumir responsabilidades que eram da Administração Central, onerando o Orçamento Municipal para o investimento em Projetos de interesse para o Concelho de Sesimbra quando deveria ser utilizado para matérias da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

----- Em relação à questão levantada sobre a transparência dos Pelouros, disse que a Autarquia tinha sete elementos no seu Executivo sendo quatro da CDU, dois do PS e um do PSD/CDS e não houvera saída de Vereadores de nenhuma Força Política para lado algum. Depois disse que os Pelouros eram responsabilidade do Presidente e era o mesmo que os atribuía, sem prejuízo de alguma conversação que poderia ter ou não com as respetivas forças políticas e que os tempos eram uma responsabilidade da CMS, a adicionar aos que estavam previstos na Lei. O seu entendimento era que teria de haver serviços mínimos para uma partilha na gestão municipal. Disse que para o próprio era inconcebível que houvesse uma partilha de tempos, que era uma partilha de gestão autárquica e ser oposição ao mesmo tempo. ---

----- Referiu que tinha de haver autonomia e defender um Projeto mas não poderia ser encaixado a

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

substituir um outro Projeto. Hoje ouvira ser referido “todas as forças políticas” e disse que concordava com algumas coisas, mas que a única hipótese para ser perfeita era se fosse um Programa de todas as forças políticas, o que seria impossível porque o Executivo Municipal não poderia ter seis Programas diferentes.-----

----- Disse que havia muitos Concelhos vizinhos em circunstâncias quase iguais, geridos pelo Partido Socialista e que a CDU não tinha Pelouros. Referiu “quase iguais” porque havia uma diferença, pois nesses concelhos, a diferença da tal proporcionalidade era bem menor que a existente em Sesimbra e nem sequer existia uma minoria absoluta da parte do PS nesses mesmos concelhos. Voltou a transmitir à bancada dos Eleitos do PS que poderiam encontrar toda a disponibilidade da CDU para apresentarem as suas propostas, ideias e sugestões e integrá-las em tudo o que eram documentos estratégicos para o desenvolvimento de Sesimbra. Disse também que o entendimento havia sido que, tendo em conta o final do mandato anterior e aquilo que se havia passado do ponto de vista da campanha eleitoral, a CDU não sentia haver condições do ponto de vista político para haver uma partilha do PS nesta fase e estava a notar que ainda estava a ser difícil voltar a ter essa possibilidade mas era uma decisão que o PS poderia ter a seu tempo, uma vez que tinha de haver disponibilidade de ambas as partes. Um voto contra era uma opção política e esperava que não fosse por haver mais tempos ou Pelouros pois quando se dizia não haver tempos para se poder acompanhar o trabalho da Câmara Municipal, reconhecia que a Lei deveria dar outras funções e responsabilidades à Assembleia Municipal que era o órgão de fiscalização da CMS e nesse caso ninguém fazia nada porque não havia tempos atribuídos aos Deputados Municipais.---

----- O Presidente disse ainda que se recusava a prometer o “paraíso” e que a Autarquia não prometeria compromissos para os quais não tinha capacidade de realizar e o seu compromisso era o apresentado: realista e exequível, se bem que o exequível fosse muitas vezes, difícil de alcançar. Quando se tinha “em cima da mesa” a conclusão do saneamento básico, a requalificação do Cabo Espichel, a continuação da reabilitação da rede viária e pedonal, a reabilitação integral da habitação municipal e construção de mais habitação municipal, a aposta na Educação, e usando a preciosa citação feita hoje na sessão: *“Se acham que a Educação é cara, experimentem a ignorância”*, disse que era bastante cara mas que era a principal prioridade deste Executivo e que quando havia a perspetiva de ter no Concelho, no horizonte de quatro anos, a Escola, o novo Tribunal, o Centro de Saúde, a nova Capela de S. Sebastião, o reforço da limpeza e higiene urbana, meios e equipamentos, e se fosse conseguido, mais o que se fizesse com criatividade, seria motivo para o Executivo estar satisfeito com o exercício das suas funções e aquilo a que se comprometera. Tudo o que fosse a mais, podendo também ser a menos, seria um grande ganho.

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A **Presidente da AMS** informou o Presidente da CMS que vários Deputados já haviam sinalizado a sua necessidade de intervir e disse que a sua intervenção havia sido de cerca de uma hora e dez minutos, ou seja, comparativamente com o tempo que foi dado com a intervenção dos Deputados, era difícil ter respondido num tempo menor do que o utilizado.-----

----- Atendendo ao adiantado da hora e ao agradecimento de todas as bancadas pela presença e participação dos munícipes, a Mesa da AMS, entendera que para que os presentes permanecessem até ao final da Sessão, seriam dados, rigorosamente, dois minutos a cada bancada para intervir. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que começou por dizer que o Presidente da CMS já o conhecia, pois quando apresentava os assuntos fazia um estudo e análise dos mesmos. Relativamente ao IMI, sobre a sua casa, referiu que residia na Azoia desde o ano de 2010, tendo o seu IMI sido aumentado apesar de se ter mantido a mesma taxa. Disse ainda que quando falara nos documentos pedidos, tinha pena, não só nesta Assembleia, pois este era um problema a nível nacional e quem quisesse estudar estes assuntos não teria qualquer hipótese pois não havia documentos disponíveis (se bem que não fosse da responsabilidade do Executivo), deveria estar na posse de quem tinha de tomar decisões no sentido de aprovar e reprovar aquilo que estava a ser feito e não tinha esses elementos disponíveis. -----

----- O Deputado informou que a posição do Grupo Municipal do MSU relativamente a este Orçamento seria o voto contra.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que fez questão de esclarecer o Presidente da CMS que quando referira que o País atravessava um tempo de “vacas gordas”, era o País e não a Câmara, porque o tempo em que “entravam carrinhos de mão cheios de notas” havia sido noutros tempos e não agora.- Disse ainda que colocara a questão dos 23% do IVA porque se todos se recordavam, esta tinha sido uma medida tomada pelo Governo do PSD de aumentar de 6% para 23%, medida contestada por todos e esperava que o Partido Socialista revertesse estas medidas mas pelos vistos nem o PS o fizera, nem a CDU, PEV e BE fizeram “finca-pé” a esta medida. -----

----- Para terminar, disse que o PSD se congratulava que ao fim de mais de três horas de debate, tivessem sido identificados alguns problemas no Concelho mas que nenhum deles havia sido imputado ao Governo do PSD.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que disse que havia sido colocada uma questão pela Deputada Bertina Duarte que não tinha sido ainda respondida e que seria enviada por escrito para que pudesse ser respondida posteriormente. -----

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- O Deputado referiu que as GOPS e Orçamento apresentados correspondiam às opções políticas do Executivo CDU/PSD. Disse considerar que o reforço da higiene urbana era fundamental para o Concelho, a conclusão do saneamento básico, a promoção da mobilidade pedonal, a aposta na Educação, formação profissional, a requalificação urbana e o reforço do abastecimento de água eram temas essenciais para o desenvolvimento da população mas que as GOPS poderiam ir mais longe e fazer diferente no que dizia respeito ao reforço da identidade local, à valorização da cultura, em particular à dinamização da economia local e atratividade do investimento, assim como na optimização dos serviços municipais. Tendo em conta que estas GOPS, apesar do aumento de receitas que se tinha vindo a verificar devido a vários factores incluindo a melhoria da conjuntura económica, não apresentava qualquer sinal de alívio de carga fiscal e verificava-se até uma incapacidade de incorporação de propostas de redução referidas pelas várias forças políticas, incluindo o Partido Socialista. Neste sentido, o Grupo Municipal do PS considerava não estarem reunidas as condições para votar favoravelmente, pelo que o seu voto seria contra as GOPS apresentadas. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Valente** que fez uma referência o Deputado Lobo da Silva dizendo que a CDU não era Governo. -----

----- Após a votação, a Assembleia Municipal, estando presentes 23 eleitos no ato da votação, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, **por maioria**, com 14 votos a favor (12 CDU e 2 PPD/PSD.CDS-PP) e 9 votos contra (6 PS, 2 MSU e 1 BE) as Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) e Orçamento'2018 – Mapa de Pessoal. -----

----- O **Deputado Miguel Ribeiro** tomou o uso da palavra e disse que a Declaração de Voto do Grupo Municipal do MSU seria o reflexo das suas intervenções bem como do colega de bancada, o Deputado João Rodrigues. -----

----- O Grupo Municipal do PPD/PSD.CDS-PP apresentou Declaração de Voto, que apesar da solicitação dos serviços, não foi entregue. -----

----- O Grupo Municipal do PS apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

----- *“As Grandes Opções do Plano e Orçamento correspondem ao instrumento no qual o Executivo Municipal transpõe para ações e medidas concretas, aquelas que são as suas prioridades e opções políticas e estabelece os mecanismos financeiros que coloca ao dispor da concretização de cada uma dessas ações.* -----

----- *A análise do Grupo Municipal do Partido Socialista às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2018 (GOP 2018), numa perspetiva geral, conduz à conclusão de que a proposta apresentada*

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

não reflete a generalidade das opções políticas com que o Partido Socialista se apresentou aos munícipes do Concelho de Sesimbra. -----

----- Pelo contrário, os documentos colocados à apreciação da Assembleia Municipal resultaram exclusivamente de uma proposta do Executivo Municipal e dos Partidos que lhe dão suporte (CDU/PEV/PSD/CDS), com Pelouros e Tempos atribuídos, não tendo sido dada oportunidade aos Vereadores eleitos pelo PS, de apresentarem medidas e propostas que enriquecessem a versão final do documento. -----

----- Da análise à proposta apresentada, o Grupo Municipal do Partido Socialista salienta também o facto de, apesar do aumento de receitas que tem resultado, entre outros, da melhoria da conjuntura económica do país, as GOP 2018 não apresentam qualquer sinal de alívio da carga fiscal para as famílias do Concelho. -----

----- Por outro lado, destaca-se que, na sequência do que tem sido defendido pelo PS, o Executivo assume finalmente que a Limpeza e Higiene Urbana são muito pouco eficientes no Concelho e, como tal, pretende reforçar o investimento neste domínio. Ainda nesse âmbito, verifica-se que foi já assumido como essencial para o desenvolvimento do Concelho, a conclusão do saneamento básico, a promoção da mobilidade pedonal, a aposta na educação e na formação profissional, a requalificação urbana e do território e o reforço do abastecimento de água. -----

----- No entanto, considera-se que as GOP 2018 podiam ter ido mais longe, modernizando-se e fazendo a diferença relativamente ao passado, em temas como o reforço da identidade local e valorização da cultura e do património, apresentando melhores propostas de integração entre as duas principais comunidades do Concelho (Sesimbra e Quinta do Conde), dinamizando a economia local e atratividade de investimento, criando condições estruturais e contextuais que garantam uma melhoria na capacidade competitiva das empresas e organizações que criam emprego e riqueza permitindo que o Concelho se afirme e se distinga relativamente aos outros concelhos da região, assim como na otimização dos serviços municipais, através da construção de um edifício único para os Serviços da Câmara Municipal. -----

----- Face ao exposto, e atendendo a que não se verificou qualquer disponibilidade para a incorporação de alterações ou melhorias na proposta inicialmente apresentada, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal vota contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2018.” ----

----- O Grupo Municipal da CDU apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “O grupo Municipal da CDU analisou a proposta de orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2018 que hoje foi submetida à votação, consideramos no que se refere à receita, que Autarquia

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

continua a defender e a depender da obtenção da receita própria, uma vez que as verbas transferidas pela administração central devido à fórmula de cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, representa apenas atualmente 5% do total da receita obtida pela autarquia, continuando deste modo a não ser cumprida a Lei de Finanças Locais.-----

----- Realçamos o facto da Câmara Municipal de Sesimbra se encontrar entre as sete autarquias que menos depende das transferências do Orçamento do Estado, onde no total de receitas de capital no valor de 14.750.661,00€ a Câmara Municipal de Sesimbra só recebe do Orçamento de Estado (FEF Capital) o montante de 202.132,00€ ou seja 1,37% da receita referida.-----

----- No que se refere às despesas, onde se incluem as correntes e as de capital, uma parte relevante diz respeito a compromissos assumidos pela autarquia tais como o Portugal 2020, contribuição para o fundo de apoio Municipal e empréstimo ao abrigo do PAEL.-----

----- Nas despesas correntes será de realçar o descongelamento de carreiras, o aumento do salário mínimo, a manutenção das delegações de competências nas Juntas de Freguesia e os apoios ao Movimento Associativo. Incluem-se nestas despesas os apoios sociais às famílias, inclusive, no âmbito da educação que permitem garantir o acesso à escola e o cumprimento da escolaridade obrigatória visando o sucesso educativo.-----

----- Nas despesas de pessoal verificamos uma clara aposta nos serviços de proximidade, nomeadamente na manutenção do espaço público e de higiene urbana, estando prevista a urgente e necessária contratação de recursos humanos que bastante falta fazem face quer às saídas registadas de funcionários, quer por impossibilidade de contratação dos últimos anos.-----

----- Será aqui importante valorizar o papel dos trabalhadores que tem mantido a prestação do serviço público mesmo com um número de efetivos deficitário.-----

----- No que concerne às despesas de Capital a autarquia cumprirá com as suas obrigações com o Estado Português em três projetos, que embora da competência da Administração Central, reputamos de relevante importância para o desenvolvimento da população: a construção do tribunal, o centro de saúde e a ampliação e requalificação da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho.-----

----- Outro aspeto de relevância estrutural para o concelho serão os projetos de requalificação do Cabo Espichel, da conclusão da rede de saneamento da freguesia do Castelo, do bloco da Mata, da recuperação da Capela de São Sebastião, da ampliação das infraestruturas do ensino pré-escolar e básico na Quinta do Conde, cujo auditório ficará a expensas totais da Câmara Municipal de Sesimbra e, por fim, a construção do canil municipal que já dispõe de projeto.-----

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Tendo em vista a continuação das melhorias dos serviços prestados à população a autarquia continuará a investir na melhoria da rede de adução e distribuição da água, na rede de saneamento e na melhoria dos serviços de recolha de resíduos urbanos, bem como na pavimentação e sinalização, pois prevê realizar investimentos na aquisição de viaturas e equipamentos para a melhoria das condições de trabalho dos serviços em causa.-----

----- Na discussão das GOP, ficou demonstrado que com uma gestão rigorosa, responsável e séria por parte do executivo municipal, os impostos têm, e continuarão a servir como fonte de financiamento para fazer investimentos no concelho de Sesimbra, mas também para ser utilizado em outras áreas de intervenção, incluindo o funcionamento da própria autarquia e sem aumentar de impostos ou tarifários dos serviços urbanos ou tarifários de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos. Mas, mais importante ainda, é que:-----

----- - Apesar da contratação prevista de pessoal para reforçar os Serviços Operacionais;-----

----- - Apesar de Câmara Municipal se substituir em parte à administração Central nas obras que são da sua competência;-----

----- - Apesar de a autarquia ter aproveitado as oportunidades dos fundos comunitários;-----

----- Este orçamento prevê o desagravamento da dívida global da autarquia.-----

----- A proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Sesimbra para 2018 representa a continuação do que consideramos uma gestão séria e rigorosa dos dinheiros públicos com resultados bastante positivos, que ao longo de vários anos permitiu que o concelho de Sesimbra tenha atingido um patamar de desenvolvimento que se tem refletido na qualidade de vida e bem-estar das pessoas, tendo sucessivamente sido reconhecido pela população através do seu voto.-----

----- Em conclusão grupo Municipal da CDU votou favoravelmente o orçamento realista, moderado e exequível das grandes opções do plano e mapa de pessoal para o ano de 2018. Consideramos que os documentos em referência respeitam os compromissos eleitorais assumidos, encontrando-se o atual executivo em conformidade com o trabalho iniciado no mandato anterior no que respeita ao desenvolvimento económico e social do Concelho de Sesimbra a favor da população.”-----

----- O Grupo Municipal do BE apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “O Bloco de Esquerda vota contra as Grandes Opções do Plano por considerar que não há uma aposta em áreas sensíveis como a coesão concelhia, sobretudo na ligação entre as três freguesias, tanto ao nível dos transportes, como da criação de uma nova via de acesso à Quinta do Conde.-----

----- A coesão social, pela discriminação positiva a favor das camadas mais vulneráveis da população,

Ata nº5 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

também não foi reforçada. -----

----- Não é apresentada uma proposta de fundo sobre o repovoamento da Vila de Sesimbra, de uma forma sustentada, pelo contrário dá-se favorecimento à especulação imobiliária pela via do Alojamento Local. - -----

----- Combater este despovoamento, passaria pelo menos por duas medidas imediatas: uma, as licenças de alteração de projeto, e os benefícios fiscais só seriam dados, a quem garantisse uma percentagem substancial das habitações recuperadas para habitação permanente. O arrendamento dessas frações seria complementado com rendas apoiadas pela CMS.-----

----- Para tal ser possível sem onerar excessivamente o orçamento da Câmara seria necessário criar um imposto turístico sobre dormidas, nos hotéis e nas habitações registadas de Alojamento Local, no valor de um euro. Que serviria também para apoiar a construção, recuperação e aquisição de habitações para venda e arrendamento a custos controlados. Fazer renascer a vida na Freguesia de Santiago todos os dias e não apenas no período estival. -----

----- Votamos contra por não ser apresentada uma proposta continuada no âmbito cultural com uma agenda coerente e objetivos definidos e que envolva os vários agentes reconhecidos do nosso concelho, nomeadamente aqueles que têm produzido mais iniciativas.-----

----- Votamos contra por discordarmos da reatualização de um projeto de 2007 para a Av. da Liberdade, que impede a possibilidade de se fazer na Mata da Vila Amália um parque semelhante ao Parque Augusto Pólvora ou ao Parque da Vila, que servisse para alargar a oferta de espaços de lazer na Vila de Sesimbra. -----

----- O Bloco de Esquerda está disponível para encontrar consensos e continuar a discutir o futuro do concelho de Sesimbra”. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem de Trabalhos”, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

*----- Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram duas horas e vinte e cinco minutos do dia dezasseis de dezembro de 2017. -----*

----- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----

Ata nº5 – Mandato 2017-2021